



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

**A ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO
CONSELHEIRO, UMA ESCOLA VIVA EM CONSTRUÇÃO.**

SANDRO FRANCISCO FERREIRA

PLANALTINA-DF

2013

**A ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO
CONSELHEIRO, UMA ESCOLA VIVA EM CONSTRUÇÃO.**

SANDRO FRANCISCO FERREIRA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagem.

Orientador Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz

**PLANALTINA-DF
2013**

SANDRO FRANCISCO FERREIRA

**ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO
CONSELHEIRO, UMA ESCOLA VIVA EM CONSTRUÇÃO.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC, da Universidade de Brasília, com requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Aprovada em ____ / ____ / 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz

Prof^a. Dr^a. Mônica Castagna Molina

Prof^a. Dr^a. Eliete Ávila Wolff

**planaltina-DF
2013**

Dedico a meus pais Maurício Francisco Ferreira e Francisca Gonçalves Ferreira, pelo incentivo e apoio dado ao estudo durante todos esses anos de luta e resistência.

E em especial ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por mais uma oportunidade dado em minha caminhada enquanto sujeito do campo.

AGREDICIMENTOS

Agradeço a uma pessoa que conheci na minha vida que é especial para mim, que me deu apoio e persistência ao estudo, companheira, amiga, esposa, Fátima Dias de Carvalho.

Agradeço a UnB Universidade de Brasília, Campus de Planaltina-FUP ao acolhimento e a possibilidade de trocas de conhecimento.

Agradeço a todos os educadores/as da LEdoC que durante estes quatros anos não mediram esforços para nos ajudar, foram mais do que professores ,foram guerreiros/as na luta pela Educação do Campo.

Agradeço o professor Drº. João Batista Pereira de Queiroz pelo belíssimo trabalho realizado enquanto orientador não medindo esforços.

Agradeço todos/as os companheiros/as do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da turma Dandara que me ajudaram diretamente ou indiretamente no meu crescimento durante o curso. Nunca serão esquecidos.

Agradeço a Escola Estadual Paulo Freire, pelos anos todos, sempre me dando apoio ao estudo e de porta aberta, contribuindo para o fortalecimento da Educação do Campo e da Agricultura familiar camponesa.

“Temos que defender o direito à educação como direito universal, mas como direito concreto, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção, neste caso da produção familiar, da produção agrícola no campo; seus sujeitos têm trajetórias humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que vão se construindo como mulheres, indígenas, negros e, como trabalhadores/as, dos produtores do campo, etc. Os movimentos sociais nomeiam os sujeitos dos direitos. Esses sujeitos têm rosto, têm gênero, têm classe, têm identidade, têm trajetória de exploração de opressão. Os movimentos sociais têm cumprido uma função histórica no avanço dos direitos: mostrar seus sujeitos, com seus rostos de camponeses, trabalhador, mulher, criança, sujeitos coletivos concretos, históricos”.

Miguel Arroyo

“A escola capitalista limitou a formação dos jovens às salas de aula, como um mecanismo de impedir seu contato com vida e suas contradições. É fundamental abrir as portas da escola para a vida”.

Pistrak

“Queremos com a nossa escola formar, ainda, cidadãos críticos, conscientes de seus direitos, comprometidos com a luta de seu povo e de outros povos sedentos de justiça, dando continuidade à luta de todos os que tomaram luta pelos nossos direitos”.

.Roseli Caldart.

RESUMO

O Assentamento Antônio Conselheiro, Médio Norte, município de Barra do Bugres no Estado de Mato Grosso nasceu da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que de acordo com a forma de se organizar foi aos poucos se apropriando das conquistas inerentes às lutas dos sujeitos do campo pela terra, escola e melhores condições de vida. Este trabalho teve como objetivo analisar e compreender a Escola Estadual Paulo Freire como fruto destas conquistas a partir da concepção de “Escola Ligada a Vida”, em Pistrak e Gramsci que teoriza um modelo de educação que vise o trabalho como princípio educativo para os estudantes no contexto do campo. A metodologia usada para esta pesquisa baseou-se em análise de documentos da escola como PPP (Projeto Político Pedagógico), inventários e a inserção na escola onde foi realizado observações, estágios e a participação em Reuniões Pedagógicas e Encontros de Formação. Diante das questões abordadas neste trabalho, pode-se concluir que a Educação do Campo está sendo construída a partir das lutas do (MST) que continua a enfrentar grandes desafios e dificuldades na implantação deste projeto de vida e dignidade para os povos do campo.

Palavras chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Educação do Campo, Escola Viva, Trabalho como princípio Educativo.

ABSTRAT

El Asentamiento Antonio Consejero , Medio Norte , municipio de Barra del Cornetas en el Estado de Mato Grosso nacido de la Organización del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) que acuerdo Con La forma de organizarse fue al Poco de las apropiando está logros inherentes Luchas a las de los Sujetos del Campo Por La Tierra , y Mejores Condiciones Escuela de la vida . Este Trabajo y dirigido Tuve analizar comprender el Estado Escuela Paulo Freire como resultado de estos logros de la Concepción de " En la Escuela a la Vida " , y en la ONU Pistraque Gramsci teorizó que el modelo de Educación dirigido El Trabajo como principio educativo para los Estudiantes con baño contexto el campo del. La metodología utilizada para esta investigación se basó en la Escuela Analice de documentos tales como PPP (Proyecto Político Pedagógico) , su inserción en los inventarios de Escuela y donde fue hecho Observaciones , etapas y en la Participación Reuniones Pedagógica y Encuentros de Formación . Delante De Las Cuestiones abordadas en this Trabajo , Florerías concluyen que la Educación del Campo se construye a partir siendo las Luchas del (MST), que continúa enfrentando serios retos y dificultades en la Implantación de esta vida y el Proyecto Para Los pueblos del Dignidad campo .

Palabras de Pista : Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra , Educación del Campo Escuela Viva , Trabajo Educación como principio .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	11
1.1 Escola vida	11
1.2 Escola do trabalho.....	13
1.3 Escola do trabalho na fase de transição.....	16
1.4 Auto-organização dos estudantes.	18
1.5 Educação do campo no brasil.	19
1.6 Escola do campo.....	24
1.7Educação do campo em Mato Grosso	28
CAPITULO II – CONQUISTANDO A TERRA, CONSTRUINDO ESCOLA	36
2.1 O movimento sem terra na região Médio Norte do estado de Mato Grosso e o Assentamento Antônio Conselheiro.	36
2.1.2 O período de acampamento ao pré- assentamento.	39
2.1.3 Nova forma de parcelamento.	40
2.2 Escola Estadual Paulo Freire	41
2.2.2 Primeira fase-1998 a 1999.	42
2.2.3 Segunda fase - 2000 a 2006	43
2.2.4 Terceira fase - 2007 a 2010.	44
2.2.5 Quarta fase - 2011 a 2013.....	46
2.2.6 Os educadores da escola Paulo Freire	47
CAP´TILO III - Escola Paulo Freire: escola ligada à vida.	50
3.1 Participação ativa dos estudantes.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

INTRODUÇÃO

O Assentamento Antônio Conselheiro na região Médio Norte do Estado de Mato Grosso, nasceu da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. No início foi formado o acampamento em que era composta de famílias de vários municípios, entre os quais se destacaram Barra do Bugres, Nova Olímpia, Porto Estrela e Tangará da Serra.

Com isso fortaleceu-se a luta por melhores condições de vida, haja vista que as pessoas que compunham esta nova realidade desejavam um futuro mais igualitário para seus filhos e um dos primeiros objetivos foi à busca pelos direitos negados. E de acordo com a forma de se organizar foram aos poucos se apropriando das conquistas. No decorrer das lutas um dos maiores objetivos conquistados foi a terra e com ela veio à escola para que as crianças e jovens existentes pudessem estudar e que a metodologia usada por essa escola dessa prioridade à Pedagogia da Terra muito difundida pelo Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Através desses ideais, nasce a Escola Paulo Freire em homenagem ao grande educador do povo que tem por filosofia a solidariedade, o diálogo e o respeito pela vida humana.

Portanto, a Escola Paulo Freire carrega no seu bojo, características de uma escola viva, pois nasce da luta dos trabalhadores/as tendo como principal objetivo formar sujeitos críticos, humanos. Que visem à transformação da sociedade e que sejam capazes de intervir na realidade atual.

A Educação do Campo tem um papel fundamental na construção destes sujeitos para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Bem como uma educação que respeite os saberes dos educandos/as, que fortaleça a permanência dos jovens, das crianças e adultos no campo, educação embasada nos valores humanistas dos sujeitos do campo.

Por isso, na construção da Escola do Campo, a comunidade desempenha um papel importante para a educação, o diálogo constante entre os educadores

da respectiva família na perspectiva de construir paulatinamente novos sujeitos no sentido de conquistarem melhor qualidade de vida para os seus familiares e todo o coletivo da escola. Os educadores e educadoras da escola, mesmo enfrentando desafios a respeito da metodologia de trabalho que continua com características bancária, a mesma é fruto, também, de muitas lutas enfrentadas para se apropriar de uma educação que contraria o modelo educacional tradicional que, de certa forma, continua imperando na vida escolar dos educandos/as e dos educadores/as.

Desta forma, a pesquisa é de suma importância para entender todo o processo histórico, desde o surgimento da escola até os dias atuais e compreender o processo formativo que contribuiu e continua fazendo acontecer à transformação da escola, dos educandos/as e principalmente dos educadores/as que compõem o elenco de um cenário educacional com muitos limites e desafios que uma escola do campo carrega no decorrer de sua caminhada.

O objetivo da pesquisa é poder compreender e analisar a Escola Estadual Paulo Freire, do Assentamento Antônio Conselheiro, Município de Barra do Bugres, Mato Grosso, a partir da concepção de “Escola Ligada a Vida”, em Pistrak e Gramsci.

A metodologia usada para esta pesquisa baseia-se em análise de documentos da escola, como o PPP (Projeto Político Pedagógico), e entrevista com alguns professores/as que atuam na escola desde sua construção.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário aprofundar o estudo sobre as teorias de Pistrak e Gramsci, para assim melhor compreender a função dos intelectuais orgânicos, bem como os princípios educativos da escola viva. Em Roseli Caldart e Jair Reck, encontramos elementos teóricos, para discutir e aprofundar os fundamentos da Educação do Campo no Brasil e no Mato Grosso, e a partir daí, compreender e analisar a Escola Paulo Freire.

CAPÍTULO I

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL.

Os movimentos sociais do campo e as organizações sindicais tem um papel importante na construção da Educação do Campo no Brasil. Esses sujeitos reivindicam uma educação no campo conforme sua realidade atual, respeitando seus saberes e suas especificidades culturais. Neste sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem colocando em pauta, junto com as demais organizações, o direito que todos têm a uma educação de qualidade, onde possam ser sujeitos na e da escola, construindo conhecimentos no latifúndio do saber. Neste capítulo, apresentaremos alguns elementos teóricos acerca do que já foi construído e o que se busca ainda construir, em relação à Educação do Campo no Brasil. Para tal, nos embasaremos nas teorias de Roseli Caldart, Miguel Arroyo, Gramsci, Pistrak e Jair Reck.

1.1 Escola Vida.

Nessa sociedade que vivemos no palco da vida somos grandes protagonistas e nós não percebemos o valor que cada sujeito tem, vários tipos de letramentos que são vivenciados e compartilhados através dos saberes que os camponeses/as transmitem em como lidar com a terra e com a vida como nos diz Gramsci:

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função, intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista

“ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou –se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Isso resulta das instituições escolares de graus diversos, até os organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica. A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. (2000:18:19).

Nesse contexto, percebe-se que a classe trabalhadora e as classes dominantes, prepararam seus intelectuais e ao decorrer dos tempos foram se aperfeiçoando aos seus conhecimentos. Esses sujeitos foram formando categorias, a classe trabalhadora é um conjunto e dentro dela existem as categorias e todas as categorias conforme seus intelectuais orgânicos e a Escola do Campo que lutamos e queremos construir preparam intelectuais orgânicos de vários níveis. Para trabalhar com os sujeitos melhorando suas técnicas do trabalho com terra e com vida para a permanência dos sujeitos no campo.

Os intelectuais de tipo rural são, em grandes partes “tradicionais”, isto é, ligados à massa social do campo e pequeno-burguesa, de cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e posta em movimento pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Além disso: no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele dos camponeses médio e representa, por isso, para este camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode se tornar intelectual (sobretudo padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que poderá deixar de estabelecer com os outros senhores. (Gramsci 2000:22, 23).

Para muitos companheiros e companheiras ser intelectuais é assumir uma responsabilidade e compromisso com o seu povo que luta por um dia mais igualitário e justo e é um privilégio e uma oportunidade de poder intervir na atual realidade que oprime e explora os indivíduos em toda sociedade. Para isso, é

preciso unir a classe trabalhadora, pois só assim a partir do momento da ação dos intelectuais orgânicos, e todo o coletivo, que compõem a classe trabalhadora pensarem estratégias e táticas de forma organizada e articulada. E assumirem o comando em uma ação que busca a transformação do atual quadro que apresenta na sociedade que é o de exploração e opressão. Para tanto necessariamente o conhecimento é preciso conquistar paulatinamente. E a população precisa ocupar os espaços do saber que foi negado historicamente. Por isso, ao falar sobre o conhecimento este por sua vez pode ser construído em seus diversos tempos seja em espaços escolares ou no contexto social de seus indivíduos.

A escola unitária deveria ser organizada como escola em tempo integral, com a vida coletiva diurna e noturna, liberta das atuais formas de disciplina hipócrita e mecânica, e o estudo deveria ser feito coletivamente, com a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nas horas do estudo dito individual, etc.(idem: 38).

Conforme o autor menciona sobre a escola unitária esta deve ser organizada em tempo integral com a vida coletiva e com a realidade dos seus membros envolvidos. A troca de conhecimento com os educandos /as com as disciplinas interligadas com as experiências de cada um. E não em caixas que não tenham nada a ver com os mesmos até mesmo entre os educandos essa troca de saberes, o pedagogo Paulo Freire (ano, p.) dizia que “não existe saberes mais e nem saberes menos e sim saberes diferentes”.

1.2 Escola do Trabalho

Enquanto sujeito em continuo processo de transformação política, ideológica, econômica e futuro educador, os sujeitos devem estar preparados /as, ou melhor, em constante formação para atuar como profissionais da Educação do Campo que se torna cada vez mais desafiadora no que diz respeito à formação dos jovens, filhos/as da classe trabalhadora do campo e de como trabalhar com essa nova geração no sentido de refletirem sobre o seu papel na sociedade. De acordo com as palavras de Pistrak:

[...] é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo

lugar, qual o espaço ocupado pela classe exploradora nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada jovem; e finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício”. (2002:31).

Ao aprofundar a importância desta temática, Caldart enfatiza que:

Se o trabalho é educativo é possível pensar que o sujeito educativo, ou a figura do educador não precisa ser necessariamente uma pessoa, e muito menos necessariamente estar na escola ou em outra instituição que tenha finalidades educativas. Da mesma forma, uma fábrica também pode ser olhada como um sujeito educativo (Kuenzer, 1985); também um sindicato, um partido, as relações sociais de produção, um movimento social. (Gramsci). E se o que está em questão é a formação humana, e se as práticas sociais são as que formam o ser humano, então a escola, enquanto um dos lugares dessa formação não pode estar desvinculado delas. Trata-se de uma reflexão que também nos permite compreender que são as relações sociais que a escola propõe através de seu cotidiano, seu jeito de ser que condiciona o caráter formador muito mais do que os conteúdos discursivos que ela seleciona para seu tempo específico de ensino.” (Apud Freitas, 2010: 2).

O próprio Freitas continua mencionando que ter o trabalho como princípio educativo, é mais do que ligar a educação com o trabalho produtivo de bens e serviços. Tomar o trabalho como princípio educativo é receber a própria vida como princípio educativo. Portanto, a cidade não é lugar de avanço e o campo, lugar de atraso a ser “atualizado” pela cidade ou pelo agronegócio. Os sujeitos do campo mostram que existe uma identidade para nós, porém, queremos reconhecer que há uma forma diferente de ser e de viver as relações sociais, culturais e econômicas, a vida como princípio educativo. Nós, protagonistas da história, não queremos ser vistos e tratados como “os pobrezinhos do campo”.

A técnica de ensino diferente não é dizer que é menos importante e que o conteúdo é diferenciado em relação à escola urbana, pois não tem como usar uma metodologia para padronizar e “empacotar” as contradições. E este sistema capitalista limita à formação dos sujeitos somente através salas de aula, como um meio de impedir o contato com a vida e com suas contradições. Pistrak menciona a importância de abrir a escola para a vida e que o momento em que estamos vivendo é um momento de construção com as experiências de luta:

A fase em que vivemos é uma fase de luta e de construção, construção que se faz por baixo, de baixo para cima, e que só será possível e beneficiada na condição em que é preciso construir e como é preciso construir. A solução exige três seguintes qualidades. 1ª: aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo. 2ª aptidão para analisar cada problema novo, como organizar; 3ª aptidão para criar as formas eficazes de organização. (2002:41).

Como o autor enfatiza, os educandos podem, ou melhor, devem ter uma auto- organização entre eles como um trabalho com responsabilidade e entendendo seus deveres. Nota-se também que a importância de se organizar de forma coletiva, pois é através da coletividade que se pode analisar e organizar cada novo problema que vier a surgir criando assim, maneiras certas para poder solucionar situações conflituosas.

No contexto organizacional de trabalho ficando claro que esse é um trabalho que deve ser feito com muita cautela por que não deixa de ser uma situação em construção e cabe à escola gestar estas ideias nos educandos/as para que estes vejam que, de certa forma, é preciso que escola e comunidade construam uma escola que tenha como princípio a vida, o humano, sem fragmentos. Que não dialoguem tendo os ideais contrários, pois o que se nota é a escola servindo de “marionete” nas mãos da classe dominante para poder estagnar ainda mais a população jovem. Como afirma Pistrak, numa de suas colocações:

... Na sociedade dividida em *classes*, a escola servirá aos interesses das classes dominantes, ou abertamente cultural, isto é, de pô-la a serviço da libertação das classes exploradas, que compõem a maioria da população; ou de forma dissimulada, então o corpo de professores toma-se objetivamente, o instrumento das classes dominantes, sem que, subjetivamente, assuma isto de forma consciente. E mais, os professores imaginam às vezes muito honestamente que estão contribuindo para o livre progresso da civilização. (2002:108).

Constata-se que a escola, de certa forma, é uma das grandes responsáveis pela formação de uma sociedade nos moldes da democracia onde os educadores sejam totalmente comprometidos com esta profissão para, no futuro, poder ter o privilégio de ver educandos/as preparados para viver com dignidade, onde os

professores imbuídos de uma ideologia libertadora possam contribuir com a mudança de posturas que alimentam cada vez mais uma cultura castradora.

1.3 Escola do trabalho na fase de transição.

Percebe-se que o autor estava preocupado a construir uma nova escola com valores da solidariedade, da cooperação, no compromisso de uma nova sociedade russa a onde não haja explorador e explorado e para isto se faz uma escola que entra na realidade e que vive nela se apaixona por ela se dá a vida por não somente de cabeça e sim o corpo todo.

O objetivo fundamental da escola é, portanto, estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela. Isto não quer dizer, certamente, que a escola não deva estudar as ruínas do passado: não, deve estudá-las e assim será feito, mas com a compreensão de que são apenas ruínas do passado e de que seu estudo deve ser iluminado à luz da realidade atual... Mas não basta estudar a realidade atual; o leitor dirá que toda e qualquer escola faz isto: a escola deve educar as crianças de acordo com as concepções, o espírito da realidade atual; esta deve invadir a escola, mas invadi-la de uma forma organizada; a escola deve viver no seio da realidade atual, adaptando-se a ela e reorganizando-a ativamente isto nos permite formular certas deduções a respeito do caráter do ensino compreendido como um estudo da realidade atual. (Pistrak 2002:32, 33).

Hoje os sujeitos do Campo devem fazer uma leitura da realidade atual, com os pés no chão para saberem que escola quer construir para o hoje e para as futuras gerações crianças, jovens e adultos baseada na pedagogia da resistência da libertação e da emancipação dos camponeses e camponesas.

[...] lutar e construir isto, deveria ser aprendido por cada um dos nossos alunos; a escola deve explicar a cada um os objetivos da luta, contra o que lutar e por que meios o que cada aluno deve criar e construir, como. Se resumíssemos agora as deduções que formulamos a respeito do ensino, diremos que o conteúdo do ensino deve servir para *armar* a criança para a luta e para a criação da nova ordem, que os métodos de trabalho devem permitir a utilização prática destas armas e que os objetivos do ensino e da educação consistem numa transformação dos conhecimentos em concepções ativas. (idem 37).

Sabendo que a luta constrói as pessoas tornando-os sujeitos. Por exemplo, os acampamentos e assentamentos, as mobilizações, ocupações, constroem as pessoas na qual ele participa, por meio de sua opinião. Sendo coordenado e coordenando ao mesmo tempo o sujeito é ouvido e esse sujeito da opinião na

construção do mesmo e respeitando seus saberes de cada um. Participa coletivamente, entre os vários espaços educativos que são: nos núcleos, nos setores, nas instancias, nas tomadas de decisões coletivas.

[...] É preciso reconhecer de uma vez por todas que a criança e, sobre tudo, o adolescente, não se preparam apenas para a viver,mas já vivem uma verdadeira vida.Devem conseqüentemente organizar esta vida.A auto-organização deve ser para eles um trabalho sério,compreendendo obrigações e sérias responsabilidades.Se quisermos que as crianças conservem o interesse pela escola ,considerando –a como seu centro vital,como sua organização ,é preciso nunca perder de vista que as crianças não se separam para se tornar membros da sociedade,mas já o são,tendo já seus problemas,interesses,objeivos, ideais, já estando ligadas à vida dos adultos e do conjunto da sociedade.(idem:43).

Desta escola que o atual sistema nos coloca, nós não queremos uma escola que o professor é o dono do conhecimento e os alunos não sabem, não houve o aluno, não dialoga, não respeite o saber do aluno, são apenas meros objetos, isto já está claro para classe trabalhadora. A escola que queremos é uma escola que respeite os saberes do aluno, sabendo que eles não são meros objetos. É preciso que haja a valorização das raízes que carregam sua cultura. E a partir desse pressuposto, prepará-los para a vida dando responsabilidade e obrigações, sendo eles sujeitos da transformação desde criança eles já fazem parte da sociedade. E assim serem capazes de intervir na atual realidade, serem críticos e acima de tudo formadores de opiniões, isto, vem ao encontro da Educação do Campo na qual os movimentos sociais do campo (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, posseiros, e tantos outros) que lutam pela sobrevivência no campo.

E isto fortalece a luta pela agricultura familiar e sua identidade camponesa sabendo que a escola não é tudo e sim uma parte que ajuda a formar, se a escola conseguir fazer isto ela transforma mais do que escola, e a terra é mais do que terra. Este é um passo importante para o campo dentro de uma lógica do avanço da consciência política, em que dialogam sobre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Sendo que os dois se andam juntas, as crianças devem aprender a lidar com a terra e outros seres.

1.4 Auto-organização dos estudantes.

Pode-se dizer que os sujeitos do campo sonham com uma educação voltada para sua realidade atual, isto é, ter outros olhares para com nossas crianças, jovens, e adultos. Ensinar principalmente as crianças os conceitos de solidariedade, companheirismo e cooperação, pois é nesta idade que estes conceitos devem ser formados na mente de cada uma destas crianças para que sejam jovens conscientes de suas ações para com a comunidade e a sociedade num todo. Acredita-se que para se tornar um adulto consciente destes valores, devem-se inculcar na sua formação educacional, momentos de decisões coletivas e, a partir daí, planejar e executar trabalhos coletivos.

É preciso ter cuidado com a educação das crianças. Elas serão nossos reflexos no futuro. Se quisermos que sejam solidárias, companheiras e revolucionárias devemos, primeiro, cultivar este exemplo entre nós, pois a realização de trabalhos onde estes valores estejam presentes, com certeza faz com que as pessoas se tornam mais humanas.

Se quisermos criar na escola um coletivo infantil, seremos obrigados a desenvolver este interesse entre as crianças, inspirando-lhes interesses novos. Isto exige, antes de tudo, uma organização do trabalho do ensino em relação à idade das crianças, não a atrai, não cria nelas uma tendência interior a se formar sobre tudo e não compreende os objetivos desse ensino. Mas mesmo que o trabalho de ensino seja excelente não é capaz de criar, suficiente interesse para o estabelecimento de um sólido coletivo infantil. A escola só permitirá um amplo desenvolvimento e uma coesão íntima do coletivo e das crianças, no momento em que for o lugar da vida infantil e não apenas o lugar de sua formação; nós chegaremos a dizer que ela deve ser o lugar de sua formação, se esta palavra não exprimir a ajuda que se deve dar às crianças para que cresçam e assumam sua própria educação, reduzindo-se simplesmente à influência educativa do pedagogo sobre uma determinada criança. (PISTRAK, 2002, p. 177).

É neste sentido que se percebe o importante papel que a educação exerce na formação das pessoas, educação que tenha como objetivos direcionar, orientar e inculcar conhecimentos necessários para seu bem estar na sociedade e não simplesmente o adestramento destas pessoas onde o professor é que manda que introduz nos educandos /as ideias contrárias àquelas que seus pais almejam para consolidar o futuro de seus filhos e filhas.

[...] Introdução da auto-organização pelo professor, de cima para baixo, desde os primeiros dias de classe. O esquema parece, no papel, muito bem elaborado e muito cômodo, mas sua realização é extremamente penosa. A disciplina torna-se impossível, é preciso lutar com as crianças difíceis, etc. É preciso pensar nas punições e em outras ações. Por mais grave que seja o aparecimento de uma duplicidade infantil, nociva do ponto de vista pedagógico, oficialmente, na assembleia geral, nas comissões, no comitê de ensino, etc., isto é, ali onde se encontre o professor, onde se trata da escola, a auto-organização age e introduz a ordem, etc. (Idem, p. 179).

1.5 Educação do Campo no Brasil.

Ao falar em Educação do Campo no Brasil é preciso falar dos camponeses/as, quilombolas, indígenas, etc. Que ao longo dos tempos vem atravessando gerações a gerações em busca da libertação e de sua emancipação enquanto Sujeitos do Campo que é oprimido pela classe dominante e para isto existem vários/as intelectuais do povo que expressam esta indignação e uma delas é Roseli:

Primeiro nome da nossa articulação era por uma educação básica do campo; a alteração que estamos fazendo para por uma educação do campo tem em vista afirmar de modo a não deixar dúvidas: que não queremos educação só na escola formal: temos direito ao conjunto de processos formativos já constituídos pela humanidade; - que o direito à escola do campo pelo qual lutamos compreende da educação infantil à Universidade. Construir uma escola do campo significa estudar para viver no campo. Ou seja, à lógica de que se estuda para sair do campo, e se estuda de um jeito que permite um depoimento como esse: foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça. A escola do campo tem de ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e destino; não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los, coletivamente. (2002:34).

Talvez seja este um dos grandes desafios da população do campo a ser enfrentados diante do atual sistema que impera na sociedade brasileira. Que ainda teima em manter uma educação nos moldes tradicionais praticamente alienadas a um pensamento dominante.

Se assim for, as escolas do campo serão mais do que escola, porque com uma identidade própria, vinculada a processos de formação amplos, que nem começam e nem terminam nela mesma e que também ajudam na tarefa bela de fazer a terra ser mais do que terra. As Diretrizes Operacionais para a Educação

Básica nas Escolas do campo, nos fala que:

[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerente à sua realidade e ancorando na temporalidade e nos saberes próprios dos educandos/as, na memória coletiva que sinaliza futuro, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade, nos movimentos sociais e em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (parágrafo único: 33).

Com bases nesses elementos pode-se deduzir que devemos construir a nova escola juntos com os educadores/as, junto com os educandos/as e suas comunidades. Como nos fala Pistrak 2002:11; “pensar e fazer uma escola que seja educadora do povo”.

A classe Trabalhadora já é contemplada com importantes ferramentas para poder reivindicar seus direitos com que dão apoio à Educação do Campo. Deve-se apoiar organizar e apropriar-se legalmente destas lutas conseguidas pelos trabalhadores/as que são negados a eles pela hegemonia que teima em manter uma linha de pensamentos alheio aos problemas dos povos camponeses.

Enquanto sujeitos da Educação do Campo, deve-se discutir o desenvolvimento da sociedade, pensar em Reforma Agrária, política, agrícola e fazer assentamentos realmente sustentáveis. Não se deve apenas “jogar” as famílias em um pedaço de terra que não tenha condições de produzirem nem para seu auto-sustento. E nem para vender seus excedentes de forma organizada.

A educação também deve se preocupar com estas questões, sendo que a resistência dos camponeses/as nas terras e com a reforma agrária clássica não deu certo, por isso deve-se pensar uma reforma agrária popular onde o povo tenha voz e vez para tomar decisões sobre o que é bom e o que deve ser mudado no contexto do campo. Precisa-se urgentemente dialogar, estudar e propor alterações não só nas Políticas Agrícolas como também nas Políticas Públicas.

Outro desafio da escola e da educação é criar métodos de participação com as famílias para ajudar até mesmo na parte econômica para poder adquirir renda, através de uma cooperativa, associação, grupos coletivos, e juntos com os movimentos sociais pensar projeto que seja sustentável e de desenvolvimento para a comunidade.

Diante disso, não será possível à escola continuar sendo apenas conteúdistas dentro de um currículo pensado por poucos para essas realidades. Comunidade e escola devem andar juntas, ir além dos limites e ser de fato formadoras de opiniões junto com a comunidade, com a juventude, para poder mostrar saídas que de fato venha ao encontro com o contexto em que estão inseridas, Reck coloca que:

“Nós da educação, precisamos mais do nunca, colocar outras perspectivas de discussão e linhas de ação, onde todas as formas de vida estejam exatamente em primeiro lugar. Nesse sentido, discutir Reforma Agrária não é apenas problema dos movimentos sociais e também dos Sem-Terra: é um problema de toda a sociedade. Se nós queremos realmente uma sociedade justa e igualitária, onde se possa viver com dignidade, temos que falar do campo e cidade...Até porque não tem um na cidade que não come de manhã, no café, no almoço e na janta, produtos da terra, especialmente da pequena propriedade, da pequena agricultura familiar que é quem produz 80% a 90% dos produtos que consumimos diariamente. E, às vezes, pela ideologia dominante da mídia, que constantemente recrimina os Movimentos Sociais, não gosta de quem luta para mudar a realidade, quer que as coisas se mantenham como estão. Nós, educadores, repetimos esse discurso e nos colocamos contra também e ainda com uma visão negativa de quem faz a luta. (2007: 40).

O autor nos adverte sobre o compromisso que temos como educador de uma escola que é fruto da luta da classe trabalhadora, dos desafios que nos colocam frente a uma realidade que depende da nossa contribuição diante de questões colocadas pelo poder público.

No que diz respeito à educação para a vida, para a produção e, conseqüentemente, relacionado à luta em prol das injustiças sociais advinda do agronegócio, que desfavorece a agricultura familiar para que esta, não se concretize de fato até porque as próprias condições dos camponeses, estruturais, econômicos e sociais, são inibidas devido à falta de apoio concreto do poder público.

Nos dias atuais a classe trabalhadora os sujeitos do campo já vários aparato legal para recorrer para reivindicar seus direitos e isso não foi nada fácil foi com lutas e resistências para conquista dos direitos que foram negados ao campo. De acordo com as diretrizes:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais,

ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional, de raça e étnica; II - incentivo à formulação de Projetos Políticos Pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável em articulação com o mundo do trabalho; III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais de educação para o atendimento da especialidade das escolas do campo considerando as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - a valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às climáticas; V - o controle social da qualidade da educação escolar mediante a efetiva participação da comunidade e dos Movimentos Sociais do Campo (BRASIL, 2012:82).

A história por Uma Educação do Campo, segundo Caldart:

Teve seu início no processo da preparação da *Conferência Nacional Por uma Educação Básica do campo*, realizado em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998. A proposta da Conferência começou durante o I *Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária* (I ENERA) realizado em julho de 1997. A Conferência surgiu a nível Nacional pelo MST, CNBB, UnB, UNESCO e UNICEF. Foi pensada nos Estados através de encontros que reuniram os principais sujeitos de práticas e de preocupações relacionadas à *educação do campo*. (2002:15).

Para a autora, o campo existe e a luta por políticas públicas deve enfatizar, em primeiro lugar, um projeto próprio para aqueles que vivem no campo. É por isso que no decorrer do mesmo ano de 2002, nos dias 26 a 29 de novembro aconteceu o Seminário Nacional Por Uma Educação do Campo envolvendo 372 trabalhadores e trabalhadoras de 25 estados e representantes de várias Organizações Sociais, todos na luta por uma nova política para o campo, pois as realidades camponesas se encontram num estado de fragmentação total devido ao próprio sistema atual que não beneficia a classe trabalhadora.

Por isso houve a necessidade de se pensar um projeto popular nacional que contemple evidentemente um projeto de desenvolvimento do campo que por sua vez incluía uma verdadeira educação do campo. Para Caldart o que deu origem ao movimento Por Uma Educação do Campo, foi vários fatores como:

“violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais urgentes. Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas...” (2002: 29).

Entende-se que na fala da autora os sujeitos do campo devem permanecer firmes nos seus ideais de luta por uma vida digna onde todos/as possam ser portadores dos mesmos direitos sobre a terra e, essencialmente, sobre educação de qualidade, pois estes sujeitos além de ser protagonistas de sua própria vida são também os construtores de um país mais igualitário e humano.

E através destes requisitos poderem dar continuidade num projeto de vida onde haja compromisso com a mãe Terra. Por isso, a necessidade de se organizar em prol de uma educação conscientizadora que venha de encontro com uma realidade que está sendo imposta de forma desumana é, sem dúvida, uma das saídas para que os sujeitos que vivem no campo possam, no futuro, fazer com que seus filhos e filhas aprendam que o campo é um lugar de sonhos e esperanças. E que no campo também se produz conhecimento e poder assim quebrar a dicotomia de que campo é lugar de atraso, de “caipiras”, saber que a diferença é importante para desmistificar opiniões contrárias e às vezes irônicas sobre o viver no campo.

Nota-se que educar não se restringe somente à sala de aula e aos conteúdos programáticos elaborados no sentido de apenas transmitir conhecimentos, mas em toda uma vivência entre educandos e educadores numa interação dialógica e amorosa como diz FREIRE:

Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não é possível o diálogo, por outro lado, não há diálogo se não há humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. (2005:92).

Na educação observa-se a necessidade da combinação pedagógica que venha formar e cultivar as identidades, a autoestima, os valores, os saberes, as

memórias, a sabedoria milenar de um povo que continua a despertar a criticidade devido ao descaso principalmente das instituições educacionais tradicionais, que continuam a formar mão de obra para o mercado de trabalho sabendo-se que já existem políticas públicas que ampara os sujeitos do campo como portadores de direitos segundo Caldart:

A Escola do Campo tem que ser um lugar onde, especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino; não porque enganados pelos problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los coletivamente, que significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo. Trazer para dentro destas escolas as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com a organização coletiva, com postura de transformar o mundo, prestando atenção às tarefas de formação específica de tempo e espaço escolar; pensar e os seus sujeitos dialogando sempre com a realidade mais ampla, com as grandes questões da educação e da humanidade. (2002:35).

Se assim for, as escolas do campo serão mais do que escola, com uma identidade própria, mas vinculada a processos de formação bem mais amplos, que nem começam e nem terminam nelas mesmas e que também ajudam na tarefa grandiosa de fazer a terra ser mais do que terra.

Caldart menciona que a Educação do Campo se faz no dialogo entre seus diferentes sujeitos:

O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas. (2002:30).

São esses sujeitos que podem mudar esta realidade atual no campo brasileiro com estas diversidades culturais e saberes que dão alicerçamento para a agricultura camponesa familiar nas trocas de experiências até mesmo agroecológicas considerados os guardiões da terra.

1.6 Escola do Campo.

A situação no nosso país continua sendo alvo de críticas e de reflexão, visto

que ainda continua sob o jugo do poder alienante, principalmente no que diz respeito à economia e à educação e ao falarmos de educação não podemos deixar de mencionar as escolas do campo. Vê-se que, mesmo vivendo um período onde podemos contar com leis que contra põem as situações referentes às questões que venham dificultar a continuidade das escolas no campo e conseqüentemente a não permanência dos educandos e educandas no campo.

Faltam ainda, políticas mais concretas de incentivo e apoio à implantação de formas organizadas de trabalho, agroindústrias, cooperativas que favoreçam a melhoria para uma vida mais digna e a exclusão da cultura camponesa ao transportar educandos do campo para a cidade devido ao fechamento de escolas. Sabendo da importância e o respeito à cultura dos camponeses e de outros povos do campo é que surge a necessidade de garantir políticas que fortaleça esta diferença no tocante à identidade cultural própria do campo, não no sentido de separar ainda mais, mas para mostrar à sociedade que este modelo continua sobrevivendo mesmo apesar das investidas criminosas do modelo dominante. É a partir desta concepção que nasce a escola do campo para contribuir com a formação dos sujeitos e inculcar nestes o desejo de continuar vivendo no campo. Mesmo tendo que suportar certas dificuldades, é melhor do que ter que migrar para as periferias das cidades em busca de melhorias.

É necessário que a escola do campo esteja ligada à vida dos sujeitos para que os sujeitos sejam os protagonistas de sua própria história. Não é possível separá-los até porque é uma das funções da escola do campo, juntamente com os profissionais, incorporar os conhecimentos sobre uma educação que valorize a vida na forma de aprender e ensinar para a transformação dessa escola.

Porém, para transformar a escola do campo é preciso mudar as relações sociais da escola, trazer para a escola, meios pedagógicos produzidos no contexto de cada sujeito e ao seu redor. Se os educadores e educadoras do campo conseguirem realizar, já é um grande avanço. Outro fator importante é a maneira de produzir conhecimento. Os sujeitos do campo, juntamente com a escola, devem estar comprometidos com a causa do campo.

E com uma alerta o Arroyo diz:

Que a nossa escola é algo parecido com uma brincadeira, que me chamou muito atenção quando cheguei ao Brasil. Primeiro no Mato grosso, depois em Mina gerais, participando nas festas de São João, nas festas de Santo Antônio, vi uma brincadeira que me chamou atenção, é o pau de sebo. Vocês já tentaram alguma vez subir no pau de sebo para pegar o prêmio que está pendurado lá em cima? Olha que sádico! Penduram um prêmio lá em cima, tiram a casca, sebam e ainda falam para a criança: Se você tentar, você chega lá. Tenta e cai. Mas, é tão teimosa a criança que volta de novo para a fila. Repete de novo. Tenta, cai. Vai de novo para fila. Repete e ainda tem a titia, a mamãe e a irmãzinha que tenta segurar, dar reforço, recuperação, mas cai. Qualquer semelhança é mera coincidência. (1999:35).

A Escola do Campo faz parte da vida de todos os camponeses/as, ou seja, dos sujeitos como um todo, Por isso tem o dever de intervir na construção de um novo olhar para a educação do novo homem e da nova Mulher. FREIRE nos adverte que *A capacidade de aprender não é apenas para adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou de cultivo das plantas.* (1996:69).

A classe trabalhadora precisa formar sujeitos que sejam lutadores/as para transformar o lugar onde vive, para transformar a sociedade através das experiências coletivas, nas participações, gestão, etc. O trabalho manual e o trabalho intelectual devem caminhar sempre juntos, que a pedagogia bancária faz questão de separá-los.

Outro fator que compõe os processos de conhecimentos desta pedagogia é a fragmentação das disciplinas em “caixinhas” onde uns só trabalham e outros só estudam. Deve-se pensar escola do campo que seja conforme a sua realidade e que não fique somente entre quatro paredes. A mudança se faz necessária para transformar nossas Escolas do Campo para melhor. E, com os sujeitos de resistência e de luta, que valoriza a identidade e sua realidade conforme fala Kolling:

É necessário e possível contrapor à lógica de que escolas do campo são escolas pobres, ignoradas e marginalizadas numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar, e estudar para sair do campo. (. 2002:18)

É neste sentido que os movimentos sociais do campo aderiram à campanha que tem como lema Fechar escolas é crime! Com base nos dados de Francilane Eulália no Estado de Goiás foram fechadas 66,01% e em segundo, o Estado de Mato Grosso com 47,67%. Vê-se o quanto o Estado está “preocupado” em manter a identidade cultural dos povos. É aí que se observa o quanto seria importante se as leis, de fato, fossem colocadas em prática, que não ficassem somente no papel, que estas leis privilegiassem não só os poderosos como também a classe trabalhadora, que continua lutando pela permanência no campo.

A todo instante esta gente é obrigada a aderir ao modelo dominante por meio de discursos persuasivos midiáticos. O que mais indigna é que falta de incentivo no setor de produção fazendo com que muitas famílias “vendam” seus lotes e voltam para a periferia da cidade na esperança de conseguir um trabalho decente e com isso só perdem porque não conseguem mais voltar e, como se não bastasse, as políticas fazem muito pouco para a manutenção da vida camponesa. É partindo desta realidade que se deve ter clareza sobre que tipo de escola se quer, que Educação do Campo deva ser discutida, como devemos nos envolver na construção de um poder popular onde todas/os possam participar.

Neste sentido acredita-se que como a terra tem que ser mais do que terra também a escola tem que ser mais que escola para os sujeitos do campo. É um cenário onde a intervenção dos movimentos sociais é de suma importância para contrapor este modelo alienante que faz com que acreditem que a luta é desnecessária, que estes por si só conseguem alcançar seus objetivos sozinhos. A escola tem que ser a escola dos sujeitos do campo e dos movimentos sociais. FREIRE nos diz que:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou transmitir conhecimento e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato consciente. A educação problematizadora coloca a exigência da superação da contradição educadora e educandos. (2000: 68).

É por isso que a Escola do Campo é desafiadora. Faz com os educadores/as reflitam sobre como lidar com crianças e jovens que vem de outras realidades, como diz Arroyo:

Os educadores estão entendendo que estamos em um tempo propício, oportuno, histórico para repensar radicalmente a educação porque o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos. Como educadores, temos de ter sensibilidade para essa dinâmica social educativa e cultural, e perguntar-nos que novos sujeitos estão se construindo, formando, que crianças, jovens, adultos, que mulheres, que professores e professoras, que lideranças, que relações sociais de trabalho, de propriedade, que valores estão sendo aprendidos nesse movimento e dinâmica social do campo. O foco de nosso olhar não pode ser somente a escola, o programa, o currículo, a metodologia, a titulação dos professores. Como educadores temos de olhar e entender como nesse movimento social vêm se formando, educando um novo homem, uma nova mulher, criança, jovem ou adulto. (1999:18).

Como menciona o autor estamos vivendo num momento de ascensão das Licenciaturas e as lutas e mobilizações no país e devemos ter cuidado para saber que educador está sendo formado, tem se muito que aprender com os movimentos sociais e com o olhar de sujeitos. O educador que não envolve, participa, dialoga, não sente como parte desta causa maior que é vida e junto com os sujeitos que está em constante construção ele não é um educador e a escola que não bebe dessa fonte é uma escola “morta”, pois não vivencia esses saberes onde homens, mulheres, crianças, jovens, que entre eles está sempre em aprendizagem, pois, nada é estático.

1.7 Educação do Campo em Mato Grosso

No Estado de Mato Grosso os Movimentos Sociais do Campo (MAB) Movimento dos Atingidos por Barragem, (PJR) Pastoral da Juventude Rural, (MMC) Movimento das mulheres Camponesas, (CPT) Comissão Pastoral da Terra, (MPA) movimento dos Pequenos Agricultores, (CEBs) Comunidade Eclesial de Bases e também a contribuição dos Quilombolas e outros;

A (FASE) Federação de Órgãos para Assistência social e Educacional e principalmente o (MST) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) estiveram uma grande contribuição referente à consolidação da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso, hoje nos dias atuais para ter o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra esteve contribuições de todos esses outros movimentos sociais e sindicais e religiosas.

Na década de 1990 que o MST fez se a primeira ocupação no “coração” do

agronegócio no município de Rondonópolis em 1994 na região sul do estado e no próximo ano na região centro oeste do estado no município de Cáceres e no ano de 1996 o MST vai para a região médio norte e assim sucessivamente. As organizações estavam sempre dialogando por as mesmas causas, percebe-se que nessa década de 90 os camponeses/as, ou seja, o campesinato estava passando por um período histórico em suas vidas.

E com isso foram dando outro rumo no projeto de campo que não estava pautado e com isto o cenário foi obrigado ir cedendo principalmente das distribuições das terras e as lutas que eram em conjuntas e os filhos e filhas desses camponeses precisavam estudar e foram reivindicando escolas nesses espaços que ocupavam neste período as lutas sociais estavam em ascensão que, ao longo dos anos, já vinham desempenhando uma educação popular na formação de seus militantes e quadros sendo a educação uma ferramenta fundamental para a consolidação de seus direitos negados.

Sabendo que estas lutas no Estado de Mato Grosso não são e não foram isoladas e isso vai tendo reflexos nos demais Estados e fortalecendo a nível nacional colocando a Educação do Campo em pauta e com isto vai se afirmando enquanto campo e aí se cria as Diretrizes Operacionais para o a educação Básica do Campo da Resolução CNE nº I, 03/04/2002 que diz:

A educação do campo foi conceituada como sendo o exercício da cultura, das práticas sociais, que busca construir uma educação de qualidade resultante de políticas que valorize o povo que vive do e no campo, respeitando sua sabedoria e reconhecendo-o como “guardião da terra,” vinculada a um projeto de nação. (Reck, 2007:34).

Fica claro nesta resolução sobre Educação do campo que valorize o sujeito histórico da história que respeite os povos do campo.

Temos a Resolução CNE/CEB nº. 01/02 que afirma que:

As diretrizes operacionais são um conjunto de princípios e procedimentos para adequar o projeto institucional das escolas do campo às diretrizes nacionais, vinculado sua prática à realidade, à temporalidade, à ciência, à tecnologia, aos Movimentos sociais, para consolidar os seguintes valores: O exercício da cidadania plena; O espaço público de investigação; Estudos do mundo do trabalho, desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. Enquanto proposta pedagógica, a Resolução CNE/CEB nº 01/02 observa: O respeito à diferença e o direito à igualdade; organização da escolaridade-série, módulos, ciclos, multisseriada,

alternância; tempo: alternância, calendário próprio; espaço: diferentes espaços; organização curricular: base nacional comum e específica; resgate das identidades e da diversidade étnica, de gênero, econômica, social e cultural. (idem: 34).

Diante disso a classe trabalhadora deu se um salto de qualidade importante referente à Educação do Campo isso foram com bastantes lutas e mobilizações das famílias camponesas enfrentando a classe dominante. E com toda essa demanda mexe com a estrutura e segundo Reck 2007. Em resposta às demandas dos movimentos sociais do campo, em 2004, o MEC criou uma Coordenação - Geral de Educação do Campo, integrada à nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. Além do grupo de trabalho permanente, hoje conta-se com essa Coordenação Geral da Educação do Campo no MEC, que é uma institucionalização significativa para a Educação no Campo neste país. (p: 35).

O movimento por uma da Educação do Campo na Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC) do Estado de Mato Grosso é definido pela Resolução 126/CEE/MT/2003, no parágrafo único do artigo 4º:

A universalização incluirá a educação infantil e o ensino fundamental e médio inclusive para os que a eles não tiveram acesso na idade própria, cabendo, em especial, ao Estado, garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio e a educação profissional de nível técnico. (Reck, 2007:35).

Isto para a Educação do Campo é um avanço que os sujeitos conquistaram no Estado de Mato Grosso é percebe isso na Escola Estadual Paulo Freire no Assentamento Antônio Conselheiro com o projeto do (EJA) Educação de jovens e Adultos está fortalecendo as famílias nas suas parcelas e principalmente certos jovens que precisa concluir o ensino médio.

Nos dias 28 e 29 de outubro de 2004, na Capital de Cuiabá do Estado foi realizado, o primeiro Seminário Estadual da Educação do Campo em parceria com a (SEDUC) Secretaria Estadual de Educação e Cultura e o (MEC) Ministério de Educação e Cultura. E com a realização desse seminário foi discutida a possibilidade de uma Carta de Intenções desenvolvida pelo Estado por vários

motivos que não deram certo. A partir do mês de novembro de 2005 é que a Secretaria de Políticas Educacionais e Jair Reck assumiram a responsabilidade de construir uma equipe de Educação do campo e coordenar as ações.

Outro importante acontecimento é que no ano de 2006 no mês de fevereiro foi realizado o I Seminário do Norte de Mato Grosso sobre Educação do Campo com uma parceria com a UNEMAT, Campus de Sinop, onde esteve uma atividade do Fórum Estadual de Educação do Campo e oficinas para o levantamento das linhas políticas para o Plano Estadual de Educação do Campo. Percebe-se que no mesmo ano de 2006 o plano Estadual de Educação já estava a caminho das escolas e precisava melhorar pouca coisa sobre educação do Campo.

Foram constituídas equipes para diagnosticar quais seriam as linhas norteadoras para a construção das propostas de políticas públicas. Após disso os sujeitos sistematizaram o texto que serviu como base para as conferências escolares, conferências municipais e conferência estadual do mês de maio de 2006, e foi para a Assembleia legislativa e tornou-se Lei nesses próximos 10 anos então a partir de 2006 até 2016 este Plano Estadual de Educação estará em vigor. (Reck. 2007:35). Diante deste contexto histórico da Educação do Campo no estado de MT tem um grande caminho que já foi construído e ainda está em construção como diz Reck:

No mesmo ano de 2006, aconteceu o Seminário de Educação do Campo em Cuiabá parceria do CONSED-MEC, e a SEDUC-MT, de 07a 09 de junho. Novamente saiu uma carta de Mato Grosso, a partir de Cuiabá para o país inteiro, uma carta compromisso para todos os Secretários do país se guiar como linhas política. Ainda no mês de 2006 tornou-se possível a Institucionalização através de portaria criando o Comitê Interinstitucional de Educação no Campo em Mato Grosso. E fica aqui um alerta sobre a necessidade de fortalecimento e de efetivamente as pessoas e entidades se comprometam com esse Comitê veja os seus objetivos: *discutir, propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas da Educação do Campo em Mato Grosso. As entidades membros são: SEDUC, UNDIME, SINTEP, MST, INCRA, SEDER, EMPAER, UFMT, UNEMAT, MPA, MAB, MMC, CEE, FETAGRI, CEEI, CPT e AL.* Em 2006, realizou a primeira formação dos Educadores do Campo de Mato, de 13 a 15 de setembro, em Cuiabá. Foi à primeira capacitação voltada, então, para a educação do campo. Infelizmente, por questões financeiras, vieram dois, no máximo três, professores das escolas estaduais, ainda limitada, mas foi à primeira. Em 2007 foi oficializado a Gerencia de Educação do Campo vinculado à Coordenadoria de Modalidades Especiais, Superintendência, de Educação Básica, Decreto nº. 09 de 10

de janeiro de 2007. (2007:36).

Este um histórico da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso, com os movimentos sociais e outras entidades presentes da década de 90 e no ano de 2000 já começa ter resultados com as conquistas das terras e com isto veio só a fortalecer a luta pela terra, percebe que no ano de 2000 começa uma nova conjuntura o latifúndio muda sua cara com a entrada do agronegócio no campo o embate se torna mais encerrada e o professor Jair Reck tem uma grande contribuição nessa consolidação uma pessoa compromissada com a classe trabalhadora e com responsabilidades com os movimentos sociais realmente um educador comprometido com vida é muito mais que um educador, é um lutador, guerreiro pela Educação do Campo lutando para que os sujeitos tenham dignidade e sua emancipação no campo.

Quando fala de Educação do Campo no Brasil e principalmente no Estado de Mato Grosso temos de pensar em dialogar com os diferentes sujeitos como menciona Mattos:

Educação é muito mais do que a escola rural, pois é também não-formal .É uma Educação que dialoga com aqueles que fazem do campo seu espaço de vida.Por isso não dá para pensar uma Educação do Campo genuína se alicerçada na reprodução do agronegócio no campo,que representa a “monocultura”da cultura e a exclusão dos que pertencem à terra .Muito menos pensar uma Educação do Campo deslocada da realidade da comunidade que não contemple os sonhos,angustias,frustrações,a multiculturalidade e o espaço temporal daqueles que vivem no campo .Para os agricultores familiares o meio rural é um espaço de vida ,ao passo que para agricultura patronal o campo é um espaço de produção de mercadoria .O agricultor familiar pertence a terra,ao passo que o empresário rural é estrangeiro ,mora na cidade. Portanto, a Educação do Campo deve ser construída alicerçada na lógica da agricultura familiar. E nesse aspecto, a agricultura, familiar, por suas características peculiares de produção e reprodução e de se relacionar com a natureza é a base social para se desenvolver a Agroecologia. Da mesma forma que a Agroecologia é a base científica e tecnológica para o desenvolvimento da agricultura familiar. Em sendo estas assertivas munidas de verdade restam saber como se pode articular na prática a Educação do Campo com a Agroecologia. Dois exemplos de práticas agroecológicas que podem ser desenvolvidas nas escolas rurais são: compostagem e horto de plantas medicinais. A prática de produção de composto orgânico permitira ao aluno vivenciar uma experiência que a natureza faz de graça com os materiais orgânicos e que é responsável pela reciclagem dos nutrientes tão importantes para o crescimento das plantas. A implantação de um horto medicinal na escola fará com que o aluno passe servir de suporte para escola no controle de eventuais problemas de saúde da comunidade escolar. (2007:139).

Conforme o autor enfatiza a importância da Educação do Campo e a Agroecologia andarem juntas, pois não tem como pensar em Educação do Campo sem pensar na agroecologia. Hoje no Estado de Mato Grosso, há uma resistência para se construir uma nova turma de Licenciatura em Educação do Campo no Campus da (UFMT) Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. E um dos motivos é o agronegócio está bastante fortalecido pelo capital financeiro e estrangeiro e pelas grandes multinacionais sendo que o ex-governador do Estado de Mato Grosso foi eleito Senador da República, e vários outros fatores e com isto impedem um pouco as articulações da Educação do Campo.

É por isto que os sujeitos dos movimentos sociais do campo estão lutando, e a população do Assentamento Antônio Conselheiro. Que é um dos assentamentos maiores do Estado com aproximadamente (38.000) trinta e oito mil hectares de terra. É composto com várias escolas que são: Escola Estadual Ernesto Che Guevara; Escola Estadual Marechal Candido Rondon e a Escola Estadual Paulo Freire. E a Escola Estadual Paulo Freire sempre vem lutando junto com as famílias na construção de uma educação que venha de encontro com sua realidade atual, hoje a escola conta com um Quintal Agro ecológico de aproximadamente (01) um hectare para poder trabalhar com campos de experiências agroecológicas tendo um horto medicinal e no ano de 2012 a escola conseguiu formar mais de 45 filhos e filhas de assentados que foi o (EMIP) Ensino médio Integrado Profissionalizante sendo Técnico em Agroecologia e assim cada estudante esteve de acompanhar (05) cinco famílias mais próxima que seria as (UPAs) Unidades de Produção Agroecológicas sendo em torno de (225) duzentos e vinte cinco diretamente foram sujeitos construtores juntos aos educandos/as nos dias atuais a escola trabalha com esse regate de conhecimento a Educação do Campo deve estar alicerçada na agricultura familiar os meninos hoje são referências nas suas práticas e com isto também fortalece cada vez mais a sua identidade camponesa. Sobre a Constituição de 1988 que fica claro a nós o de direito a educação e dever do Estado:

A constituição de 1988 proclama a educação como direito de todos e, dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Desse modo, os princípios e preceitos constitucionais abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministrado em qualquer parte do país. Assim mesmo sem fazer referência direta e específica ao ensino rural no corpo da carta, possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Campo Nacional-LDBEN o tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças. (2007:183).

Nesta Constituição de 1988, traz presente aos nossos direitos enquanto sujeitos transformadores/as são dever do Estado dar as condições tanto na cidade e no campo em qualquer lugar do país falando da igualdade e respeito aos saberes dos camponeses e todos os movimentos sociais e sindicatos, associações, quilombolas, indígenas, etc. Através do parecer nº202-B – CEB Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso sobre a educação rural em Mato Grosso, Reck nos enfatiza que:

A Constituição trazia, sob o título “Educação e Cultura”: Art.122-O Estado organizará o seu sistema de ensino, atendidas as diretrizes e bases da educação nacional. Art.124- A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I. (...) II. O ensino primário e profissional oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta de insuficiências de recursos; III. As empresas industriais, comerciais ou rurais em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e filhos destes. Art.125-O Estado deverá criar, nas cidades de população superior a dez mil habitantes, estabelecimentos oficiais de ensino secundário. Nas zonas rurais, o Estado deverá criar e manter uma escola primária em qualquer ponto em que se possam reunir trinta crianças para receberem instrução. O particular que criar e manter escola primária para dez ou mais, terá direito a uma subvenção do Estado e do município, em partes iguais, na forma que a lei estabelecer. (2007:183).

No Estado de Mato Grosso os sujeitos do campo sempre estão em formação e aprendizagem como conviver e viver no campo, pois ali está sua vida e é preciso apropriar-se das tecnologias, não somos contra a tecnologia apenas precisa ser mais divida sair das mãos de poucos.

Conforme a Lei complementar nº 49 de 01/10/98, ao dispor sobre a instituição do Sistema Estadual de Mato Grosso, reestruturando toda a organização, administração/gestão do sistema, destinou seção específica (IX)

para a educação rural, exemplo do que fez a Lei nº9394/96, LDB:- Fonte: SSE/CONTEC/MT ano base 1994.

Art.105-Será destinada especial atenção às escolas do meio rural, com: I. Elaboração de uma proposta curricular envolvendo a Secretaria municipal de educação, órgãos de agricultura, agropecuária e extensão, escolas, famílias e comunidade, que permita conteúdos curriculares e metodologias apropriadas para atender as reais necessidades e interesses dos alunos, a articulação entre a cultura local e as dimensões gerais do conhecimento e aprendizagem; II.A organização escolar própria ,incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;III .formação político-pedagógico dos docentes ,buscando superar o isolamento do docente rural ,estabelecendo formas que reúnam docente de diversas escolas para estudo do Conselho ,planejamento e avaliação das atividades pedagógicas; IV. Melhoramento das condições didático-pedagógicas no meio rural; V. Oferta de transporte escolar; VI. Integração à comunidade, incluindo cooperativas, sindicatos do meio rural, órgãos públicos e privados de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, centro comunitário, igrejas e outras organizações que atual na área rural; VII. Organização de cursos ou escolas experimentais com currículos, métodos e períodos para o atendimento ao ensino fundamental do meio rural. (Reck, 2007:185).

O Art.2º e o parágrafo único da Resolução nº126/03 do Conselho estadual de educação de MT nos protegem de forma legal para nos lutarmos por uma educação do campo de qualidade é preciso apropriar dessas ferramentas como diz Reck:

Art.2º Estas diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação básica, à educação profissional de nível técnico e à formação de professores. O parágrafo único- A caracterização da educação do campo indica o desafio da construção da escola democrática e popular, fortemente ancorada na teoria e prática. Uma escola que trabalhe e assuma de fato a identidade do campo, não só como forma cultural diferenciada, mas, primordialmente, com ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo. (2007:189).

CAPITULO II

CONQUISTANDO A TERRA, CONSTRUINDO ESCOLA.

Neste segundo capítulo, apresentaremos brevemente a importância e o significado que a conquista da terra tem para as famílias assentadas. Conquistar aquilo que sempre os foi negado é algo precioso, pois conquistar a terra significa também, construir saberes e conhecimentos que podem ser utilizados em favor da classe trabalhadora. A terra é a nossa mãe, e para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, este fator é importantíssimo, pois através desta conquista, abre-se caminho para as demais, inclusive para a construção das escolas, ferramenta fundamental para a formação do ser humano. Hoje temos a escola Paulo Freire, no município de Barra do Bugres, que tem cumprido o papel de ajudar a resgatar e preservar a identidade camponesa das famílias, no sentido de provar que o campo também tem perspectivas e pode ser um espaço de construção de seres e saberes.

2.1 O Movimento Sem Terra na região Médio Norte do Estado de Mato Grosso e o Assentamento Antônio Conselheiro.

Na organização do MST como um todo, o surgimento de novos acampamentos não parte somente da vontade das pessoas. Mas, sobretudo das condições objetivas que cada realidade se apresenta e uma dessas condições era a necessidade de organizar o povo, em trabalho do (SFM) setor de Frente de Massa do MST organizado pelos militantes junto às famílias sem terras, moradoras das cidades ou agregados do campo.

No Antônio Conselheiro o resultado foi uma concentração com 1.150 famílias as margens da rodovia 358 que liga as cidades de Nova Olímpia a Tangara. Na época constatou que a Região Médio Norte do Estado, apresentava condições necessárias para a organização de um novo acampamento. E, portanto

iniciou-se o trabalho de base nas comunidades circunvizinhas para a mobilização das famílias como diz um membro da coordenação da época.

Passamos quatro meses conscientizando os trabalhadores, qual era a forma e qual a única solução para terem acesso a terra, que é um sonho de um dia ter o seu pedaço de terra. Com o apoio conseguido foi nucleada a pessoa, mostrando os inimigos, e os políticos da cidade. O trabalho de quatro meses foi setorizar a região. Foram criados vinte núcleos nos bairros das cidades e comunidades vizinhas. Do dia oito para o dia nove de outubro de 1996, estava tudo pronto. Essas pessoas, com seus coordenadores já estavam preparados para chegar tudo num dia só no local determinado. Havia acertado uma área com Tuim, no dia oito ele descartou a área. Quando ele não mais cedeu a área e comunicou isto no dia oito, o povo já estava todo organizado e preparado para o acampamento. Fomos obrigados a fazer o acampamento na beira da rodovia MT 358. Amanheceu no dia nove de outubro de 1996, vinte núcleos com mais de cinquenta famílias cada núcleo, aproximadamente 1150 famílias. (*Apud*: Guimarães; 2005).

O Assentamento Antônio Conselheiro fica a 300 km de Cuiabá, está localizado na região Médio Norte de Mato Grosso e abrange os municípios de Tangara da Serra, Barra do Bugres e Nova Olímpia, o MST se organizou no Mato Grosso no ano de 1995, em função da contradição que vivia o estado, onde existiam cerca de 100 mil famílias sem terras todas desorganizadas, outro aspecto importante para consolidação do MST no Mato Grosso.

O Assentamento Antônio Conselheiro traz este nome em homenagem a grande contribuição que este lutador trouxe ao campo brasileiro, é comum no MST que seus assentamentos recebam nomes de lutadoras e lutadores do povo, que dedicaram sua vida a luta pelas causas sociais.

Na fala um dos assentados pela reforma agrária desde o início que diz:

Ter um pedaço de terra para poder viver com mais dignidade é o sonho de qualquer trabalhador camponês, pois a maioria das famílias que resolveram aderir neste processo de lutas, na época, acreditava na realização destes objetivos até porque não tinha alternativa no momento e a ideia de juntar-se a um grupo e discutir sobre as possibilidades que estavam surgindo fez com que algumas pessoas, e outros com certo receio, fossem em busca de informações que viessem dar sustentabilidade ao que já vinha sendo discutido no sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres. Foi através deste órgão representativo que estas pessoas tiveram o primeiro contato com o MST. (Entrevistado: 01:2013).

As famílias se organizaram para que o assentamento se concretizasse, fizeram marchas, atos públicos, passeatas, audiências, ocupações em órgãos públicos, etc. No caso do Antônio Conselheiro vidas se perderam nesta grande batalha. A maioria das famílias deste assentamento veio para o Estado do Mato Grosso a procura de terras para trabalhar e manter suas famílias, em seus estados de origens, trabalhava como empregados nas fazendas, meeiros, agregados, arrendatários, etc., sempre mudando de um lugar para o outro a procura de melhores condições de vida e trabalho. Em relação à política, as maiorias das famílias estavam de alguma forma inserida em grupos organizados como; igrejas, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), PT (Partido dos Trabalhadores), STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Associações de bairros, ou seja, grupos que naquela época lutavam por causas coletivas.

No Assentamento¹ Antônio Conselheiro muitas coisas se perderam, poucas famílias preservam sementes crioulas (sementes que passam de gerações a gerações), algumas famílias preferem as sementes híbridas. As linhas de produção que predominam no assentamento Antônio Conselheiro são; as plantações de banana da terra (banana de fritar) e bacia leiteira. Porém, existem outras plantações que ajudam a manter a vida e a economia das famílias, são elas:

- **Olerícolas** – abobora beterraba, melancia, pepino, batata doce, etc.
- **Frutíferas** – laranjas, caju, manga, abacate, acerola, etc.
- **Culturas anuais** – milho, arroz, feijão, mandioca, abacaxi, etc.
- **Agropecuária:**
 - **Pequeno porte:** frango, pato, etc.
 - **Médio porte:** porco caipira, ovelhas, etc.
 - **Grande porte:** gado leiteiro e de corte.
- **Agroindustrialização:** queijo, doce de leite, geleia de frutas, requeijão, bolachas caseiras, iogurte caseiro, etc.

¹ Para a elaboração deste texto foram utilizados trabalhos realizados no Tempo Escola, na disciplina de História e Memória, VI etapa – 2012, realizado pelos educandos Sandro Ferreira, Eloísa Lima e Natanael .

- **Agroextrativismo:** palmito, mangaba, pequi, jatobá, artesanatos de fibra de banana e milho, etc.

É importante reafirmar que parte desta produção se destina a auto-sustentação das famílias e a outra parte é comercializada nas feiras da reforma Agrária, CONAB, PENAE e vendas diretas.

A maioria das famílias ainda está organizada pelo MST nos núcleos de base que são divididos por agrovilas (raio de sol), associações e cooperativas, porém existem outras formas de organizações ativas dentro dos assentamentos, como as associações do sindicato, igrejas, e há aqueles que não se inserem em nenhum tipo de organização. É muito forte a prática de trocas de favores entre políticos e assentados (clientelismo), a política partidária tem invadido cada vez nosso assentamento cooptando nossas famílias e lideranças que passam a lutar apenas por objetivos particulares.

Mesmo com tantas perdas pode se perceber que a maioria das famílias e intelectuais orgânicos do assentamento, inserido no movimento social, sindicatos, associações, escolas, cooperativa e algumas igrejas, tem organizado ao longo de toda a história do MST no MT. No Assentamento Antônio Conselheiro existe três escolas de segundo grau tem desempenhado grande papel na preservação e no resgate da história do assentamento e conseqüentemente do MST, organizando atividades acerca de datas comemorativas para os trabalhadores como; data da primeira ocupação da região, Dia do Trabalhador, Semana do Sem Terrinha, Semana do trabalho voluntario, Semana Paulo Freire, entre outros.

2.1.2 O período de acampamento ao Pré- assentamento.

Após a construção do acampamento nos dias 08 e 09 de outubro de 1996, nos cinco primeiros dias, aconteceu um trágico acidente onde uma carreta “desgovernada” saiu da pista adentrando os barracos de lona, matando cinco pessoas e deixando outras nove pessoas feridas. Este acampamento estava localizado próximo à rodovia MT-358 aproximadamente 4 km de Nova Olímpia. Relata-nos o acontecimento.

“Depois que chegamos ao acampamento com quatro dias aconteceu o acidente às 23h30min horas da noite, aonde veio uma carreta, entrou no acampamento desgovernadamente matando cinco companheiros e deixando nove feridos. Depois do acidente trancamos a BR e acendemos duas caieiras de fogo um no fundo e outro na chegada, onde ficamos por quatro dias e quatro noites nesta batalha. Depois desta pressão conseguimos negociar com o grupo Itamarati, cinco alqueires de terra próximo dois mil metros da cidade de Nova Olímpia, sem muito risco de acidente. Depois que conseguimos esta área com mais segurança, estando lá aproximadamente dois meses, fomos fazer uma mobilização no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde permanecemos por dezessete dias sendo nove destes, dentro do próprio INCRA onde o resultado desta ocupação foi ter conseguido uma área de terra para o comodato, na fazenda Tapirapuã no município de Tangara da Serra que hoje é o Assentamento Antônio Conselheiro”. (apud Guimarães, 2005).

Além dessas lutas já citadas, ocorreram outras como ocupação da prefeitura de Tangara da Serra, a fim de apoio à construção da Escola Ernesto Che Guevara no acampamento: ocupação no Banco do Brasil a fim de obter recursos para as famílias começarem a plantar. Neste período aconteceram as lutas de mobilização das mulheres na busca de resgatar seus próprios direitos. Com alguns resultados dessas mobilizações no Banco, INCRA e a marcha de 1997 já surgiram algumas vitórias como o crédito alimentação e uma área maior onde as famílias começaram a fazer suas primeiras plantações no pré-assentamento.

2.1.3 Nova Forma de parcelamento.

A sugestão colocada naquele momento era como manter outra metodologia de organizar os acampados/as que não regredissem. A saída foi de aproximarem-se as moradias estando dentro do lote individual familiar. Aproximá-los para solucionar os problemas socioeconômicos, e com isto caracteriza nem coletivo nem individual todos interligados na agrovila.

E assim foi designado o núcleo de moradia para promover avanços no trabalho de cooperação e facilidade no sorteio dos lotes foi feito por grupos de famílias. O Assentamento Antônio Conselheiro o primeiro em Mato Grosso com esta forma de parcelamento dos lotes em que as “casas das famílias permanecem nos lote, de forma que a parcela permite uma aproximação das casas”. Os lotes

ficam ligados a uma área social que facilita o investimento para o bem comum da comunidade seja ela em suas variáveis formas, econômica, social, cultural, política.

2.2 Escola Estadual Paulo Freire

No início da Escola Paulo Freire Foram feitas algumas escolinhas de palha nas agrovilas 28, 32,33 para resolver as necessidades das crianças da 1ª a 4ª série que eram em regime multisseriado, e os demais faziam um percurso até oito quilômetros a pé e depois pegavam o transporte escolar que percorria mais de trinta quilômetros.

Com essa realidade as famílias começaram-se a organizar e novas mobilizações na Prefeitura de Barra do Bugres a fim de conseguir a construção de uma escola para os próprios protagonistas da história. E conseguiu a construção de uma escola de madeira com minissaia de alvenaria e telha de amianto com quatro salas de aula, uma cozinha, dois banheiros e uma dispensa.

A Escola Estadual Paulo Freire localiza-se no Assentamento Antônio Conselheiro na comunidade Padre Josimo, na agrovila 28, a 80 km de Barra do Bugres, fruto da luta dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde a educação sempre foi uma das suas maiores preocupações. Desde o início o MST busca conciliar a educação nos acampamentos e assentamentos, de forma organizada e coletiva.

Após várias reuniões e mobilizações no poder público municipal, em busca dos direitos de ter uma escola onde às crianças, jovens e adultos pudessem, de início, estudar e garantir o acesso ao ensino fundamental. Com o desenvolvimento da escola foi preciso abrir novas salas e como as aulas eram somente no período matutino e vespertino estava sendo difícil a participação dos jovens e adultos que precisavam cuidar dos seus lotes e não tinham como estudar durante o dia.

Foram então reivindicar este direito junto à prefeitura que mais uma vez resistiu em atender as reivindicações da comunidade, pois era preciso que a prefeitura garantisse além do contrato dos professores um motor estacionário que produzisse energia elétrica, pois a comunidade ainda não dispunha de energia.

2.2.2 Primeira fase-1998 a 1999.

Desde o acampamento em 1996 iniciou-se a campanha que os militantes fizeram com as famílias nos Grupos de Base era que, no Acampamento nenhuma criança iria ficar sem estudar. Era uma escola de palha às margens da BR 358, no município de Nova Olímpia. Local onde aconteceu um acidente que matou cinco pessoas e que serviu de estímulo para que houvesse lutas na Prefeitura do município, reivindicando uma área mais distante do asfalto onde as famílias se sentissem mais seguras. Segundo o relato feito pelo assentado:

Esta primeira escola foi criada e organizada devido à necessidade do momento que era a Terra e a Educação. Na época existiam umas cartilhas vindas de Tangará da Serra que trazia conteúdos e métodos específicos para os Ejas onde eu, juntamente com outros trabalhadores que estavam envolvidos na educação, fui fazer um curso em Cáceres através do Pronera como monitor do Eja que, em parte, se identificava com o contexto da época. Os educadores que trabalhavam nessas escolas vieram de vários lugares não com objetivo apenas de dar aulas, mas também de conquistar um pedaço de terra. Alguns desses educadores até hoje ainda permanecem no Assentamento. Somente em 1997, os militantes envolvidos na luta, foram em busca de uma terra para se fazer um pré-assentamento ficando decidido que seria na fazenda Tapirapuã no município de Tangará da Serra. A escola continuou a ser de palha só que já composta por uma direção obedecendo às ordens da Secretaria Municipal de Educação. A partir daí foram sendo realizadas reuniões com os pais para discutir assuntos internos da escola e somente depois destas reuniões é que surgiam outras onde o MST, juntamente com os pais, em Assembleia Geral, decidiam os rumos das decisões tomadas. Com isso as mobilizações eram feitas em prol das necessidades através das lutas regional, municipal e estadual. (entrevistado; 01; 2013).

Vê-se que o esforço de um povo em busca de uma vida melhor é de fundamental importância. Não há vitórias sem lutas, sem vontade e sem necessidade, pois tudo na vida se resume em torno de objetivo que beneficia a todos no momento. Pensar educação não se resume apenas em pensar quatro paredes, pensar educação é também pensar saídas para que essa mesma educação tenha sentido para os educandos. Por este motivo é que nós, educadores devemos cada vez mais ir à busca do conhecimento para poder ajudar na construção de uma escola unitária, serem de fato, intelectuais orgânicos

na luta a favor destes ideais.

2.2.3 Segunda fase - 2000 a 2006 ²

Na perspectiva de construir uma escola com metodologia diferenciada, as famílias foram à luta com o objetivo de alcançarem um espaço para que estas metodologias fossem de fato feita pelos próprios sujeitos através das mobilizações na Prefeitura de Barra do Bugres a fim de conseguir a construção de uma escola.

Haja vista, que para se fazer educação não se restringe somente a um espaço físico, porém, tinham a necessidade da construção destes espaços para que as famílias, nos assentamentos, usufríssem dos direitos sociais que são negados historicamente aos sujeitos do campo nesta sociedade em que vive. E tantas lutas, os trabalhadores (as) conseguiram a construção de uma escola de madeira com quatro salas de aula, uma cozinha, dois banheiros e uma dispensa. (p21)

No ano de 2000 foi possível ter aula até a 6ª série e iniciou o ano letivo no dia 25 de maio com 250 educandos/as matriculados no período matutino e vespertino. Logo após a construção da escola houve a luta para a permanência de educadores da própria comunidade, logo é conquistado à contratação destes educadores/a que permanece por um período determinado.

Foi também neste período que a escola e a comunidade, coordenada pela liderança do MST e educador da Escola Paulo Freire impediram a construção de mais uma barragem no rio Sepotuba, outro grande rio que banha o Assentamento Antônio Conselheiro. A comunidade toda se uniu nesta luta, pois se esta barragem fosse concretizada a comunidade iria deixar de existir e as famílias, com certeza, voltariam para as periferias das cidades. No final deste período, que esteve o início das que saídas de vários professores, e neste período início às contradições de novos professores para Escola Estadual Paulo Freire e sem ter discutir com

Para elaboração deste texto foram utilizados trabalhos realizados na escola Paulo Freire, desde o inventário até a síntese e memória do assentamento, elaborado pelos educandos da Ledoc.

comunidade seu perfil, e aí a escola começa a perder forças na luta devido à atuação da então gestão escolar da época que fez com que alguns objetivos e até a própria filosofia da escola deixassem de ser observada na íntegra.

Porém, estas contradições não tiveram êxito total, pois esta Escola Estadual Paulo Freire ainda é contemplada com educadores que realmente abraçam a causa a favor da comunidade e do bom andamento da escola, que não deixam que os ideais de luta e solidariedade sejam banidos de vez. Neste período houve alguns avanços como a construção de uma escola com mais qualidade, fruto da mobilização das mulheres a nível estadual, sendo uma luta conjunta entre escola e comunidade e foram construídas mais quatro salas de aulas onde uma dessas, hoje, foi cedida para que funcionasse a Casa Digital.

2.2.4 Terceira fase - 2007 a 2010.

Nesta fase o (MST) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra neste período estava em descenso pela conjuntura política houve um afastamento das famílias. Foi neste período que a escola enfrentou um dos piores momentos da sua história quanto à postura política do então gestor da época.

Eleito pela comunidade para dar continuidade a um projeto humanístico contemplado no PPP da escola e fazendo com que vários de seus objetivos como promover uma educação para a permanência no campo e principalmente o compromisso com a luta fossem aos poucos, deixada de lado e influenciada especificamente por “lideranças” contrárias à ideologia camponesa. Nesta gestão pode-se também constatar uma defasagem significativa no administrativo da escola que fez com a mesma deixasse de receber verbas que viessem sanar as dificuldades pela qual a escola enfrentou. Porém, com o esforço de um coletivo de educadores que pensa no futuro da escola e da comunidade alguns avanços podem ser notados quando, juntamente com a comunidade e os educandos/as a escola organizou uma mobilização na Cachoeira do Rio Juba onde policiais estavam proibindo as famílias, de irem à cachoeira por motivo de o rio estar seco, pela ação da barragem que está localizada a aproximadamente 30 km no rio Juba, que passa pelo Assentamento Antônio Conselheiro. Ao realizar esta ação com os

educandos, a Escola fez ao mesmo tempo, um trabalho de conscientização sobre o perigo de um crime ambiental em que os peixes estavam morrendo devido ao represamento da água. Nesse momento pode-se contar com a presença de repórteres que entrevistaram alguns educandos que fizeram denúncias na TV com imagens do local.

É através deste acontecimento que a escola Paulo Freire demonstra o quanto se preocupa com o futuro da comunidade, pois nunca fica neutra aos acontecimentos desfavoráveis a fatores como o social, econômico e cultural da referida comunidade fazendo um trabalho com cartazes e entrevistas com algumas famílias sobre o fato ocorrido.

Outro grande acontecimento, nesta fase tão conturbada para a escola, foi à renúncia do gestor da direção da escola para dar lugar a outro que assumiu a direção, mas permaneceu apenas o ano de 2010 e renunciando ao cargo no final do ano letivo. Mas, com o passar dos tempos, nota-se que a escola se perdeu no horizonte de seus objetivos, ela deixou de exercer seu real papel e um dos maiores motivos foi o distanciamento da comunidade que não participava como antes, os educadores tinham uma formação política alicerçada na confiança das famílias.

Hoje várias destas famílias saíram do Assentamento dando lugar a outras que chegaram com novos perfis assim como os novos professores que contribuíram para a “mudança da filosofia” da escola e acredita-se que essa mudança está relacionada à própria formação educacional destes educadores, pois uma boa parte teve a sua formação através de cursos on-line, não querendo dizer, é claro, que estes cursos não sejam bons, pelo contrário, é até louvável, só que na maioria das vezes a formação oferecida não é aquela que venha ao encontro dos princípios da Educação do Campo.

Percebe-se que neste coletivo de profissionais do ensino um problema que a Escola enfrenta é a rotatividade de educadores/as, pois a escola só tem dois educadores concursados e os demais terminam o ano letivo sem saber se irão dar continuidade com a turma em que atuou ou não e isso faz com que dificulta o aprendizado dos nossos educandos/as bem como a continuidade da formação do

coletivo de educadores vinculados à história do assentamento.

2.2.5 Quarta fase - 2011 a 2013.

O mais importante em todos estes acontecimentos é a maneira com que alguns problemas são resolvidos nesta instituição de ensino. Mesmo com todas as controvérsias observadas neste período tão marcante para a escola.

No ano de 2011, para concluir o biênio 2010/2011, outra educadora assumiu a direção da escola que devido aos problemas financeiros da escola, não pode realizar um bom trabalho por causa da falta de prestação de contas anteriores estava inadimplentes. No ano de 2011 foi possível à construção de uma nova escola teve início, fruto da luta das mulheres possibilitando à comunidade escolar o direito de poder ver a concretização de um trabalho árduo e que teve como maior objetivo proporcionar uma melhor condição escolar para seus filhos/as já que a estrutura antiga não oferecia nenhuma segurança quanto ao trabalho educativo, porém, só no início de 2013 que foi dada a autorização para começar o ano letivo na nova estrutura mesmo sem o término da quadra que já está em fase de conclusão dos trabalhos. Acredita-se que até fim do ano letivo será entregue para a escola e comunidade.

Segundo o diretor da escola, a inauguração só acontecerá quando todo o projeto for concluído. Vale ressaltar que as famílias continuam fortalecendo a vida escolar para que não perca a identidade da tamanha conquista

Neste coletivo de educadores/as pode-se observar a grande contribuição do MST na formação de profissionais da educação que tiveram a oportunidade de dar continuidade nos seus estudos. Tem uma educadora que fez Pedagogia da Terra em parceria com a Unemat de Cáceres.

Dois educadores que fizeram o Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia e sócio Economia Solidária em parceria com a Unemat de Cáceres. Recentemente mais sete sujeitos do campo conseguiram concluir o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com a parceria da UnB – Universidade de Brasília.

E um Professor Mestre em Ciências da Educação formado pela

Universidade Internacional três Fronteiras. Para que a formação dos educadores tenha consonância com a luta dos movimentos sociais conta-se com um espaço construído na capital do estado de Mato Grosso. Que está localizado no município de Várzea Grande, no Assentamento Dorcelina Folador, que é o Centro de Formação Olga Benário.

Tem como objetivo maior a formação de sujeitos que estão vinculados à luta nos assentamentos ou em sua organização, pois esta formação não se restringe somente para os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ela se estende a outras organizações sociais do estado e também do país. Em razão disso os educadores da Escola Estadual Paulo Freire são membros integradores desta formação maior que visa à construção ideológica libertadora.

2.2.6 Os Educadores da Escola Paulo Freire³

Atualmente a Escola Paulo Freire conta com 29 funcionários sendo, 16 educadores/as que compõem o corpo docente desta instituição e que estão distribuídas desde as séries iniciais aos (EJA) Educação de Jovem e Adulto, fundamental e médio, 03 na área de limpeza, 03 merendeiras, 03 vigias, 01 secretário, 02 bibliotecários, 02 técnicos: um de laboratório e outro para a casa digital.

Destes 29 profissionais que contribuem na educação dos educandos/as desta escola, apenas dois são educadores que vem de Tangará da Serra, que fica em torno de 75 quilômetros da Escola Paulo Freire, permanecem no Assentamento Antônio Conselheiro e comunidade Paulo Freire com o objetivo único de ministrar suas aulas e retornam para suas residências somente nos finais de semana.

Os demais, 27 residem no assentamento onde alguns destes possuem seus lotes, outros vivem nas casas que foram construídas em parceria com o Estado e

³ Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Paulo Freire e trabalhos realizados na Semana Pedagógica da escola, bem como, reuniões de pais, conselho escolar, etc., com a colaboração da professora Fátima Dias de Carvalho.

o MST e que, apesar da distancia de onde vieram se simpatizaram com a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fazendo parte da organização interna contribuindo direta e indiretamente com a causa e que mantém um bom relacionamento com a comunidade escolar, outros. São filhos/as de assentados que não mediram esforços para que seus filhos/as buscassem conhecimento para poder exercer o cargo que lhe foi confiado nesta instituição educacional.

Neste coletivo de educadores/as pode-se observar a grande contribuição do MST na formação de profissionais da educação que tiveram a oportunidade de dar continuidade nos seus estudos fazendo a Pedagogia da Terra, Curso de Agronomia em parceria com a Unemat de Cáceres e recentemente mais sete sujeitos do campo conseguiram concluir o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com a parceria da UnB – Universidade de Brasília e mais três que estão concluindo.

Percebe-se que neste coletivo de profissionais do ensino, seu componente é formado por pessoas simples que vieram de uma jornada de lutas por dignidade humana e que firmaram suas raízes neste lugar. Um problema que a Escola enfrenta todos os anos é a rotatividade de educadores, pois ainda contamos apenas com dois educadores concursados e os demais terminam o ano letivo sem saber se irão dar continuidade com a turma em que atuou ou não dificulta o aprendizado dos nossos educandos/as.

A Escola Paulo Freire nasce e, um dos seus principais objetivos é formar sujeitos críticos que visem à transformação da sociedade e que sejam capazes de intervir na realidade atual e é por isso que, para o MST, a educação do campo tem um papel fundamental na construção destes sujeitos para o fortalecimento da agricultura camponesa. Uma pedagogia que respeite os saberes dos educandos/as que fortaleçam a permanência dos jovens, das crianças e adultos no campo, educação embasada nos valores humanistas dos sujeitos do campo.

Desta forma a educação almejada para o contexto do campo fica a desejar devido a este esfacelamento filosófico adquirido por estes educadores/as que não têm o vínculo que deveria ter com a comunidade, mas mesmo com todas estas observâncias não há como negar que algum avanço já pode ser notado no que diz

respeito à formação continuada dos educadores/as que atualmente visam temas pertinentes à realidade do campo como estudos das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, PPP/ RE/PDE e outros.

E os temas que condiz com o contexto do campo com o objetivo de estar repensando a prática educativa na Escola Estadual Paulo Freire. É claro que a participação nestas formações muitas vezes denota o interesse por alguns dos educadores, não pelo conhecimento em si, mas unicamente pelo certificado para a contagem de pontos para a atribuição das aulas.

CAPITULO III

ESCOLA PAULO FREIRE: ESCOLA LIGADA À VIDA.

Pode-se notar na Escola Paulo freire, durante a observação e os períodos de estágios, mesmo com certa dificuldade, devido ao modelo alienante do sistema, que os educadores e educadoras conseguem fazer um trabalho voltado para a humanização das pessoas. Um fator importante é a existência de projetos como: Sem Terrinha onde todos os anos no Dia da Criança reúnem várias crianças para não só participarem das atividades lúdicas como também realizam trabalhos em equipe, trabalho de formação humana.

Como por exemplo, a participação em palestras sobre direitos e deveres ministrados por conselheiros do Conselho Tutelar, debates sobre meio ambiente, saúde e política, pois é através desses momentos que as crianças começam a aprender o sentido da vida, que é na escola também que elas começam a formar opiniões sobre os assuntos em debate, consciente e formadora de opiniões. E é aí que tem início a preparação da juventude para a vanguarda como dos movimentos sociais por isso, que a este projeto contribui para que a comunidade tenha uma juventude mais formação com a juventude é preparar novos sujeitos para a transformação social e mais do que nunca, o professor deve exercer uma postura ética diante desta situação. Pistrak nos orienta que se formos francos nas nossas decisões podemos transformar com nosso exemplo toda uma conjuntura educacional:

É preciso dizer francamente que, sem o auxílio dos adultos, as crianças podem, talvez, se organizarem sozinhas, mas são incapazes de formular e de desenvolver seus interesses sociais, isto é, são incapazes de desenvolver amplamente o que está na própria base da auto-organização. Acrescentaríamos que o pedagogo não deve ser estranho à vida das crianças, não se limitando a observá-la... Mas, de outro lado, o pedagogo não deve se intrometer na vida das crianças, dirigindo-a completamente, esmagando-as com sua autoridade e poder. É preciso encontrar a linha de comportamento justo, evitando sem duvida, o

esmagamento da iniciativa das crianças, a imposição de dificuldades à sua organização, mas permanecendo, de outro lado, o companheiro mais velho que sabe ajudar imperceptivelmente, nos casos difíceis, e, ao mesmo tempo, orientar as tendências das crianças na boa direção. (2002:181).

O educador/a tem de saber que primeiro a criança tem todo o cuidado na família, de arrumar sua cama, limpar seu quarto, debulhar milho, rações para os porcos, cuidar dos animais, etc. Conforme a criança vai crescendo vai aumentando a responsabilidade, porém isto com o auxílio de adulto para poder desenvolver juntas as tarefas que lhes são atribuídas.

A criança sempre espelha nos pais as suas atitudes. É através desse espelho que a criança vai se construindo enquanto pessoa, pois na escola ela percebe que os educadores/as são seus segundos pais. Por isso ela depende muito do método do profissional e tendo que acompanhar essa criança que vai ser seu reflexo no futuro, o educador tem de colocar limites. Não somente o educador, mas também os pais, o profissional e os pais devem estar sempre em diálogo para poder fazer algumas intervenções em algumas atitudes dos educandos/filhos, e assim serem amigos, fazendo com que compartilhe saberes.

A auto-organização dos estudantes da Escola Estadual Paulo Freire está organizado da seguinte forma: em cada série são eleitos dois representantes escolhidos pelos próprios estudantes, mais um educador ou educadora que terá a função de mediador em sala de aula. Além da participação no Conselho escolar que se dá mediante a escolha de dois alunos que representarão os demais neste segmento.

Pensar a auto-organização dos estudantes na escola é reconhecer que o estudante faz parte do processo educativo escolar e possibilita a formação humana, enquanto sujeitos que se auto-organizam. Os educandos/as acima de 12 anos de idade, já tem o direito de ajudar a escolher a direção da escola. Abaixo dessa idade, os pais tem a responsabilidade pelo voto.

Pensar em educação de qualidade para os educandos/as do Assentamento Antônio Conselheiro significa fazer com que eles, participem e sejam pessoas construtoras de suas historias e que valorizem as culturas e saberes existentes na comunidade, resgatando-as e preservando-as.

3.1 Participações ativa dos estudantes

A Escola Estadual Paulo Freire demonstra, ao longo de sua história, ser uma escola que busca trabalhar de acordo com objetivos que contemplem a vida, porque sempre que há a necessidade de se organizar para discutir assuntos referentes à comunidade. Ela está pronta a contribuir da melhor forma possível mesmo com todas as limitações que lhe são impostas pelo sistema. Ela comporta no seu currículo tendo vários projetos que foram pensados no coletivo como:

A Semana Paulo Freire, onde todos os anos, desde a sua fundação a escola realiza atividades em homenagem ao educador popular Paulo Freire. Semana do Voluntariado em decorrência ao aniversário da morte do grande revolucionário Ernesto Che Guevara, um herói que dedicou sua vida na busca de um ideal humanístico. Semana dos Sem Terrinha, Preserve a Vida, Escola em Minha casa e Festival de Poesias. A Escola em Minha Casa o coletivo da escola vai até às casas dos educandos para conhecer um pouco de sua vida familiar, como vivem saber quais os problemas que contribuem para a defasagem escolar e assim poder pensar alternativas que possam ajudar estes educandos/as a valorizar e dar mais importância a seus estudos. (PPP: 19).

A Escola Estadual Paulo Freire, desde maio de 2000, realiza a Semana Paulo Freire, pensada para trabalhar com a vida e com o povo. Sendo assim, temos a tarefa de homenageá-lo e preservar o seu legado.

Outro projeto que a Escola Estadual Paulo Freire vem desenvolvendo é a “Escola em minha casa”, aonde o coletivo de educadores/as e funcionários, vão até a casa dos educandos/as para conhecer melhor o dia a dia deles e assim poder entender melhor suas dificuldades de aprendizado e convivência na escola. Esta atividade acontece todo início de mês, organizado por agrovilas, onde quem visita realiza um relatório que depois é socializado com os demais educadores.

O Projeto “Semana dos Sem Terrinhas” é realizado todos os anos, no mês de outubro, em homenagem ao grande lutador Ernesto Che Guevara de La Serna, que foi assassinado pelas mãos do capital no dia 08 de outubro de 1957, quando lutava em favor do povo boliviano. Esta atividade tem caráter estadual ou regional, depende da conjuntura. Se for estadual, inclui todas as escolas dos assentamentos do MST no estado, e quando regional, inclui as escolas da região,

como Escola Marechal Candido Rondon e Escola Estadual Ernesto Che Guevara.

O Festival de Poesias surgiu de uma forma bem simples. Em 2007 os educandos/as recitaram textos escolhidos por eles mesmos de autores diferenciados. Surtiu um grande efeito entre os estudantes que serviu de estímulo para que não parassem mais. Agora, todos os anos são realizados o festival, mas com um diferencial, os autores homenageados são escolhidos democraticamente no dia da realização de cada festival.

Este ano de 2013 foi escolhido o revolucionário Ernesto Che Guevara como homenageado. As produções poéticas são dos próprios educandos que são preparados para a recitação de suas poesias. Este ano será no dia 04/12/2013 onde contará com a presença de cinco escolas do campo: Escola Estadual Marechal Candido Rondon; Escola Estadual Ernesto Che Guevara; Escola Estadual Reinaldo Dutra Vilarinho; Escola Municipal 7 de setembro da comunidade Currupira; Escola Municipal Raimunda Leão; Escola Municipal Zumbi dos Palmares, que funciona como extensão da Paulo Freire com os educandos /as do (EJA) Educação de Jovens e Adultos. Todas estas escolas foram convidadas a participarem deste evento que já é tradição desta escola.

Outro projeto importante tanto para a escola quanto para a comunidade é “o Preserve a Vida”. Este projeto visa educar para a realidade em que se encontra o meio ambiente quanto ao lixo: da escola, de suas casas, principalmente às margens da magnífica cachoeira existente na comunidade que devido à presença constante de turistas vindas de municípios vizinhos, que apesar das placas com frases conscientizadora quanto ao perigo do lixo, ainda teimam em deixá-los ao relento e à preservação da natureza como as nascentes e incentivos ao plantio de sementes crioulas e árvores nativas. Em todos estes projetos nota-se uma participação ativa dos estudantes que são conscientizados da importância e do valor destes para a realidade do campo.

Com a luta dos trabalhadores/as do campo com muita resistência, foi possível a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, pela Universidade de Brasília - UnB. Este curso trouxe a possibilidade para os sujeitos do campo estudarem e assim contribuir com suas comunidades. A primeira turma

realizou-se em parceria com o Instituto Josué de Castro, em Veranópolis – RS. A segunda turma teve seu início no ano de 2008, no Campus de Planaltina, com término em 2012. A terceira turma iniciou-se no ano de 2009, também no Campus de Planaltina e esta em fase final de conclusão. Porém, vale ressaltar que o curso tornou-se um curso regular da UnB e hoje já se encontra com a sétima turma em andamento.

Algumas atividades foram realizadas envolvendo as turmas 2 e 3, que foram de suma importância para unificar o curso e fortalecer nossa proposta de Educação do Campo. Aqui citaremos apenas duas: a primeira foi o “Seminário Itinerante”, que aconteceu na escola Paulo Freire – MT. A segunda foi o “Seminário por Área do Conhecimento”, que aconteceu na Escola estadual Ernesto Che Guevara, também no MT, ambas no Assentamento Antonio Conselheiro.

Licenciatura em Educação do Campo – a partir de 2009. Hoje contamos com quatro educandos e duas educandas que já concluíram o curso e contamos com mais quatro estudantes que está concluindo e os meninos estão fazendo um bom trabalho na comunidade e na escola, isto é, estão fazendo a diferença quanto à prática pedagógica em relação à teoria.

- 1) **Seminário Itinerante** – abril 2010- Outro fator importante para o Assentamento Antônio Conselheiro e para o Estado de Mato Grosso e para os municípios vizinhos estava Tangará da Serra, Nova Olímpia, e também presente o Secretário Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), representante da Assessoria pedagógica de Barra do Bugres, professores(as) da (UnB), Universidade de Brasília do Campus de Planaltina e representante do MST e para a escola foi o Seminário Itinerante que se foi realizado com êxito no mês de abril de 2010 na qual estiveram presentes as turmas II e a III e outros parceiros da luta educacional.
- 2) **Seminário por Área de Conhecimento** – Este Seminário aconteceu na Escola Estadual Ernesto Che Guevara com participação de alguns

estudantes da escola e estudantes da Ledoc Licenciatura em Educação do Campo, onde vários educadores/as da UnB estiveram presentes e os educadores/as da Escola Estadual Paulo freire e algumas famílias da comunidade local.

Se olharmos a trajetória do assentamento e a história da Escola Paulo Freire ela foi pensada através da classe trabalhadora que ela nasce como uma necessidade por dignidade e uma educação diferenciada. Pois os educadores juntos com alguns educandos e a comunidade construíram o projeto político pedagógico que tem por filosofia:

A humanização através da sensibilização e conscientização das pessoas, que ajude a formar os sujeitos sociais na construção de um projeto de desenvolvimento solidário e coletivo do campo e de país comprometido com a soberania nacional, com a reforma agrária e outras formas de desconcentração de renda e da propriedade. Com a solidariedade, com a democracia popular e com o respeito ao meio ambiente. Bem como, com as transformações culturais e uma nova forma de pensar e fazer a educação e a escola para a cidade e o campo, onde o próprio povo seja o condutor de seu projeto de formação humana. (PPP. 18).

Os principais objetivos da Escola Paulo freire conforme o PPP se define por uma: educação de qualidade para todos; compromisso com a luta pela implantação da Educação do Campo; no campo enquanto política pública; educação que prepare os sujeitos para a transformação crítica e social.

E como formadores de opinião; adota de uma educação voltada para as varias dimensões da pessoa humana; educação que cultive os valores humanistas do sujeito do campo; educação para o trabalho e cooperação; educação como processo permanente de formação humana; promover a escolarização e desenvolver cursos com formação profissional que venha atender a demanda do assentamento e região.

Promover uma educação para a permanência no campo; dar apoio à realização de eventos educativos e garantir a permanência das atividades extracurriculares tais como; Semana Paulo Freire, Semana do Voluntariado, Sem terrinha, Escola em minha casa, Projeto Preserve a Vida, Festa de formandos e Encontros de formação; fortalecer a identidade camponesa assim como a não

aceitação de diretores que não esteja vinculado com a comunidade frente às questões sociais, econômicas e culturais.

Olhando a Escola Estadual Paulo Freire desde início, percebemos que ela foi nascida dos trabalhadores/as e a sua trajetória de luta, acredito que é uma escola viva ligada com a vida sempre junto com as famílias e com os estudantes em várias ações realizadas pelo MST, mobilizações, reuniões, encontros de formações, etc. Em todos os eventos que ela realiza a comunidade é convidada a participar e ela sempre esteve aberta para a comunidade não fazendo diferença, sempre nas reuniões que realiza com transparências e aberta sobre as dúvidas, ela tem uma grande contribuição e importância para nós moradores do assentamento não somente para o mesmo hoje a Escola Zumbi dos Palmares da comunidade Jatobá e a Escola Raimunda Leão do Distrito de Barra do Bugres são escolas anexas da Paulo Freire, na Raimunda Leão o ensino médio é que faz parte da extensão e na Escola Zumbi dos Palmares as salas anexas são o(EJAs),Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, tudo isto contribui para o fortalecimento da Educação do Campo e na formação dos seus sujeitos primeiro você o Projeto Político Pedagógico desde de sua filosofia seus objetivos,e assim percorrendo é os projetos que estão assegurados no PPP.

Na Escola Estadual Paulo Freire no ano de 2011 o Educador Jair Pereira da Cruz trabalhou com a turma do no 5º ano junto com as demais educadoras a Fátima e Claudete e o educando Sandro com o Projeto Pequenos Escritores: a escrita e a leitura como base da aprendizagem. Foram vários dias com essas crianças e para mim foi um grande aprendizado é que cada educador/a ficou responsável por um grupo de estudantes e no ano passado trabalhei com eles e percebe o quanto eles avançaram na leitura e na escrita isto para a escola é um salto de qualidade muito grande e com isto todos ganham e fica feliz escola, família, educadores são reconhecidos.

Fotos de produção de textos das crianças:



Fonte:Jair Pereira da Cruz.

No decorrente ano houve um Concurso Internacional pela Paz promovido pelo Embaixador José do Rego de Cuiabá-MT e a Escola Estadual Paulo Freire foi convidada para participar e a estudante Luciene do Nascimento Gonçalves do 3º ano do Ensino Médio ficou em 2º lugar na premiação do Concurso, com a poesia

Planeta grita por Paz e foi a única Escola do Campo e a única do Estado de Mato Grosso e acima de tudo uma escola de um assentamento organizado pelo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a participar e ganhar premiações. O município de Barra do Bugres ficou surpreendido com o resultado. Isto fez com que despertasse nos demais estudantes o interesse a leitura e a escrita e percebe-se que temos vários caminhos para podermos explorar o imaginário de cada estudante.

Temos várias pessoas que foram estudantes da Escola Estadual Paulo Freire e hoje são militantes do Movimento Sem terra, mais que isso, são militantes da vida. Os mesmos concluíram o ensino superior em varias áreas, como agronomia, Gestão em Administração, Agroecologia, Professores, Veterinária, entre outros. No ano de 2012, a escola realizou a formatura de mais de 40 alunos do EMI (Ensino Médio Integrado profissionalizante), além de Técnicos em Enfermagem, estudantes em Letras pela Unemat de Tangara da Serra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões abordadas neste trabalho, pode-se concluir que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é ferramenta fundamental na luta pela Educação do Campo. Pois, a conquista da terra é essencial para se conquistar outras coisas necessárias para se manter a vida, como educação, saúde, infraestruturas, entre outros. Ele tem de certa maneira, ajudado a garantir o direito de todas as crianças a estarem na escola. Desde o início dos trabalhos de base, feito para que as famílias fossem para o acampamento, já se pensava na construção de escolas para garantir a educação dos filhos e filhas dos acampados. Portanto, o MST é um movimento social que luta para que os sujeitos sejam construtores de sua própria história.

Assim não foi diferente com a Escola Estadual Paulo Freire desde seu início esteve junto com a comunidade, pois ela mesma nasceu da luta dos trabalhadores/as e sempre esteve junto pensando numa pedagogia diferenciada que seus filhos e filhas fossem capazes de poder intervir na realidade atua. Sendo que seus educadores e educadoras eram comprometidos com a causa e com a luta eram mais do que um simples educador. Uma referencia até mesmo na escolha do nome da escola escolheram vários nomes o mais votado foi o Educador do povo Paulo Freire. E eu estive conversando com algumas famílias sobre isso que não foi coincidência do nome do assentamento Antônio Conselheiro e a escola Paulo Freire foram duas pessoas que fizeram grandes histórias. Como Antônio Conselheiro com seu povo no arraial com muita luta e resistência.

E também na terra fazendo com esses sujeitos esquecido e abandonados estivesse vez e voz e Paulo Freire juntos com os sujeitos do campo até mesmo ele não fez uma pedagogia para os camponeses/as e juntos com eles a pedagogia do oprimido e não para o oprimido esteve sempre ao lado do povo aprender com o povo olhando suas realidades concretas. Em que ele participou das Ligas Camponesas na década de 1960 que estavam em ascensão e também estava outro grande educador do povo Augusto Boal com o teatro do oprimido que até

nos dias atuais é lembrado e tem seus seguidores e seguidoras contrapondo ao capitalismo. A comunidade Paulo Freire como um todo, sempre esteve ligada com a escola como já foi citada a cima sendo ela nascida dos próprios trabalhadores/as e que os educadores e educadoras eram militantes comprometidos com a causa e foi feito um acordo que fossem pessoas da própria comunidade e isso foi feito.

Desde primeiro semestre do Curso de Licenciatura em Educação do Campo essa relação de escola e comunidade só veio a ajudar entender melhor a comunidade. E entendo melhor a comunidade, consegue-se fazer uma leitura de um todo, sabendo que a comunidade não está separada do universo.

Olhando a Escola Estadual Paulo Freire hoje acredito que ela está sendo uma escola ligada à vida em construção dentro da análise e a compreensão de Gramsci e Pistrak aos poucos ela está retomando algumas decisões, ou melhor, autonomia e através de alguns projetos que está sendo feito e a reaproximação das famílias nas reuniões, nas mobilizações feitas, nas discussões da Educação do Campo junto com a pedagogia de Paulo Freire.

Considero que dentro das ideias de uma produção cooperada é possível tornar as possibilidades de cooperação na unidade familiar em propostas viáveis para as famílias priorizando os pequenos grupos de famílias de parentesco mais próximo e ajudar a orientar esses grupos no planejamento, na organização e principalmente no relacionamento entre as famílias enfatizando sempre a questão econômica, cultural e social dos envolvidos. Penso também que dentro dos conhecimentos observado nos agricultores referente natureza e às formas de trabalho destes, muitos dos falsos paradigmas que nos são colocados de forma contraditória, possam viabilizar uma nova maneira de se produzir através da concepção de que trabalhando em grupo pode-se obter uma renda melhor para todos. Considero ainda que a formação das famílias é uma necessidade inevitável, pois devido à grande influencia atual do modelo de produção, totalmente capitalista, fez com que muitas o adotassem com o intuito de também conseguir. Sabendo se que a atividade cooperada é uma das formas que mais predomina através dos tempos.

BIBLIOGRAFIA:

ARROYO, Miguel Gonzalez. **FERNANDES**, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília-DF, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº02.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. Diversidade Inclusão-SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-Brasília: SECADI, 2012.

CALDART, Roseli Salete. (Org.) Como se formam os sujeitos do campo: Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília, PRONERA-NEAD, 2006.

DECRETO nº 7.352, de 4 de novembro de 2010

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, São Paulo, 1996 (coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 29ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 2000.

FREITAS, Luiz Carlos. A escola única do trabalho; produção para publicação nos cadernos do ITERRA nº. 15, set 2010 em 30/06/2010.

GRAMSCI, Antônio. O princípio Educativo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. Caderno do Cárcere, volume 2.

GUIMARÃES Juliano. Monografia Técnico em Administração de Cooperativa, abril de 2005, RS.

KOLLING, Edgar Jorge. **CERIOLI**, Paulo Ricardo. **CALDART**, Roseli Salete. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília-DF, 2002. Coleção: Por Uma Educação do Campo, n.º4.

MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de. Agroecologia e Educação do Campo: uma reflexão pertinente. In: **RECK**, Jair (Org.) Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso - contextos e Concepções: (Re) Significando a Aprendizagem e a Vida. Defantti, Cuiabá-MT, 2007, p. 129-142.

PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. Editora: Expressão Popular, São Paulo, 2000.

PISTRAK, Moisei Mikhailovich. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo:

Editora Expressão Popular, 2002.

RECK, Jair. Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso - contextos e Concepções: (Re) Significando a Aprendizagem e a Vida. Defantti, Cuiabá-MT, 2007.